



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM HISTÓRIA**

Santarém

2017

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Profa. Dra. Raimunda Nonata Monteiro

Reitora

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Vice-Reitor

Profa. Dra. Maria Aldenira Reis Scalabrin

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Edilan Sant'Anna Quaresma

Diretor do Instituto de Ciências da Educação

Prof. Dr. André Dionei Fonseca

Coordenador do Curso de Licenciatura em História

Prof. Dr. André Dionei Fonseca

Prof. Ms. Diego Marinho de Gois

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima

Prof. Dr. Gustavo Pinto de Sousa

Profa. Ms. Isabel Teresa Creão Augusto

Núcleo Docente Estruturante

(NDE)

SUMÁRIO

1	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	07
1.1	MANTENEDORA.....	07
1.2	MANTIDA.....	07
1.2.1	Identificação.....	07
1.2.2	Atos Legais de Constituição.....	07
1.2.3	Dirigente Principal da Mantida.....	07
1.2.4	Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	08
1.2.5	Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	08
1.2.6	Missão Institucional.....	11
1.2.7	Visão Institucional.....	11
1.2.8	Princípios Norteadores.....	12
1.2.9	Corpo Docente e Técnico Administrativo da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	13
1.2.10	Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	13
1.3	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO.....	14
1.3.1	Finalidades.....	15
1.3.2	Princípios.....	15
2	INFORMAÇÕES DO CURSO.....	16
2.1	DADOS GERAIS DO CURSO.....	16
2.2	JUSTIFICATIVA.....	16
2.3	HISTÓRICO DO CURSO.....	20
2.4	OBJETIVOS DO CURSO.....	20
2.4.1	Objetivo Geral	20
2.4.2	Objetivos específicos.....	21
2.5	PERFIL DO EGRESSO.....	21
2.6	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	23
2.6.1	Competências e Habilidades Gerais.....	23
2.6.1.1	Competências e Habilidades Específicas para História.....	24
2.7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	24

2.7.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N°11.645/2008 e na Resolução CNE/CP N°1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N°3/2004.....	28
2.7.2 Políticas de Educação Ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N°4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.....	29
2.7.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.....	30
2.7.4 Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (Conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.....	34
2.8. CONTEÚDOS CURRICULARES.....	36
2.9 METODOLOGIA.....	38
2.10 COMPONENTES CURRICULARES.....	39
2.11 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA.....	43
2.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	77
2.13 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	79
2.14 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	82
2.15 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO ENTRE LICENCIADOS, DOCENTES E SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	83
2.16 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....	84
2.17 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	84
2.18 APOIO AO DISCENTE.....	90
2.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	93
2.20 PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA.....	95
2.20.1 Avaliação do Curso e dos Docentes.....	95
2.20.2 Avaliação do ensino-aprendizagem e coerência desse sistema avaliativo.....	95
2.20.3 Sistema de avaliação dos componentes curriculares.....	96

2.20.4 A avaliação substitutiva.....	97
2.21 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO...	98
2.22 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	98
2.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS.....	99
2.24 ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	100
2.24.1 Política de Ensino.....	100
2.24.2 Políticas de Extensão.....	101
2.24.3 Políticas de Pesquisa.....	102
2.24.4 Programas de Iniciação Científica.....	103
2.24.5 Apoio à participação em Atividades de Iniciação Científica.....	104
3. RECURSOS HUMANOS.....	105
3.1. APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO.....	105
3.1.1 Direção de Instituto.....	105
3.1.2 Coordenação de Curso.....	105
3.1.3 Técnicos em Assuntos Educacionais.....	108
3.1.4 Secretaria Executiva.....	108
3.2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA.....	108
3.2.1 Secretaria Acadêmica.....	108
3.2.2 Núcleo de Estágio do ICED.....	109
3.2.3 Órgãos Colegiados.....	110
3.3 DOCENTES.....	113
3.3.1 Quadro de Titulação e Formação Acadêmica.....	113
3.3.2 Quadro de docentes por disciplinas.....	114
3.3.3 Núcleo Docente Estruturante.....	119
3.3.4 Política e Plano de Carreira.....	120
3.3.5 Critérios de Admissão.....	121
3.3.6 Apoio à Participação em Eventos.....	122
4. INFRAESTRUTURA.....	123
4.1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	123
4.2 SALAS DE AULA.....	123
4.3 INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES DO CURSO.....	123
4.4 INSTALAÇÕES PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO.....	124
4.5 AUDITÓRIOS.....	125

4.6 LABORATÓRIOS.....	125
4.6.1 Laboratório de História.....	126
4.6.2 Laboratório de Metodologia de Ensino de História.....	127
4.6.3 Laboratórios de Informática de uso compartilhado.....	127
4.6.4 Arquivo de documentos históricos.....	128
4.6.5 Condições de acesso para pessoas com necessidades especiais.....	129

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 MANTENEDORA

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L.					n.	s/n
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	Cidade	Brasília	CEP:	70.047-900	UF	DF
Fone:	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

1.2 MANTIDA

1.2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Av. Marechal Rondon					n.	s/n
Bairro:	Caranazal	Cidade:	Santarém	CEP:	68040-070	UF:	Pará
Telefone:	(93) 21016502			Fax:	(93) 21016506		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br/ gabinete@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

1.2.2 Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

1.2.3 Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora						
Nome:	Raimunda Nonata Monteiro da Silva						
CPF:	166.190.992-20						
Telefone:	(93) 21016502			Fax:	(93) 21016506		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						

1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitora: Profa. Dra. Raimunda Nonata Monteiro

Vice-Reitor: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Presidente do Conselho Superior: Profa. Dra. Raimunda Nonata Monteiro da Silva

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Maria Aldenira Reis Scalabrin

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Dr. Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Pró-Reitora de Administração: Profa. Dra. Geany Cleide Carvalho Martins

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Prof. Dr. Sérgio de Mello

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Everton Lopes de Souza

Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Profa. Dra. Edna Marzzitelli Pereira

Diretor do Instituto de Ciências da Educação: Prof. Dr. Edilan Sant'Anna Quaresma

Coordenador do Curso de Licenciatura em História: Prof. Dr. André Dionei Fonseca

1.2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo Presidente da República em Exercício, José Gomes Alencar da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2012. É uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, na cidade de Santarém-Pará, terceira maior população do Estado.

É uma universidade multicampi: além de Santarém, foi pactuada com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, há a Unidade Rondon – antigo campus da UFPA, a Unidade Tapajós – onde funcionava a Unidade Descentralizada da UFRA/TAPAJÓS –, e a Unidade Amazônia, além de outros espaços alugados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da instituição, até a construção de novos prédios.

Em 1971, iniciou-se, em Santarém, o processo de interiorização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), através do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução nº 39/1970 – CONSEP-UFPA).

Foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração no período de 1971 a 1973, com as atividades de ensino desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, permitindo que, no período de 1980 a 1983, fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuíssem a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1983 possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da Ufopa.

No segundo semestre do ano de 1985, toma posse o Prof. Dr. José Seixas Lourenço, primeiro Reitor eleito da Universidade Federal do Pará. Fazia parte de seu Programa de Gestão (1985-1989), a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPA para o interior do Estado. Este projeto de interiorização da UFPA serviu de modelo às demais universidades da região Norte e, sob sua liderança, foram realizados encontros e seminários, que resultaram na elaboração do I Projeto Norte de Interiorização (1986-1989), constituído pelo Projeto de Interiorização de cada uma das universidades da Amazônia. A diretriz prioritária desses projetos teve como eixos: (I) a formação e a capacitação de professores de 1º e 2º graus; (II) o resgate e a preservação do patrimônio artístico e cultural; e (III) a realização de pesquisas aplicadas à região.

A aprovação desse projeto de interiorização da UFPA pelos Conselhos Superiores possibilitou, inicialmente, a implantação de 8 campi universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia –, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 municípios paraenses. Posteriormente, foi criado o campus Universitário de Breves. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionavam no período intercalar, com os professores sendo deslocados do campus de Belém. Para conferir um caráter permanente às ações da UFPA em Santarém, no princípio da década de 1990, iniciou-se à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio.

No ano de 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

Em 2006, o Senador Flexa Ribeiro (PA) apresentou um Projeto Legislativo no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais no Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá.

No ano seguinte, durante a solenidade comemorativa aos 50 anos da UFPA, ocorrida no Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, o projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Posteriormente, o Ministro da Educação e o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo da Silva, encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei nº 2.879/2008 propondo a Criação da Ufopa fosse enviado ao Congresso Nacional.

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa, pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2011, para realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender aos objetivos previstos no Projeto de Lei nº 2.879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Nesta mesma data, foi instituído, também, um Conselho Consultivo integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura, Sistema Integrado de Defesa Social e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará), SUDAM, Banco da Amazônia, UFPA, UFRA e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação da Ufopa.

Durante todo o processo de implantação desta universidade, foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, com destaque para os Seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade – modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”. Participaram desse

Seminário Reitores e Dirigentes de várias instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da SESU/MEC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES/MEC), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC), do Governo do Estado do Pará, da Prefeitura Municipal de Santarém, além de docentes, técnicos administrativos e discentes da UFPA.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), entregue ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, em junho de 2008, em Belém, Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora e eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento. Em 6 de novembro do ano posterior, foi publicada no DOU a Lei nº 12.085/2009, que criou a Ufopa, por desmembramento dos campi da UFPA e da UFRA/Pólo Tapajós.

Já em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da Universidade Federal do Pará, instituição tutora da Ufopa, foi instalado o Conselho Consultivo da Ufopa, com a finalidade de manter um canal de comunicação com a sociedade.

Em abril de 2010, a Reitoria encaminhou ao MEC exposição de motivos e versão preliminar da proposta de Estatuto da Ufopa e designou uma comissão de elaboração deste, com a finalidade de promover ampla discussão da proposta na comunidade acadêmica, para posteriormente ser submetida e aprovada pelo Conselho Universitário Pro Tempore e encaminhada ao MEC para aprovação pelas instâncias competentes. Por fim, o Estatuto da Ufopa foi aprovado pelo Conselho Universitário da Ufopa por meio da Resolução nº 16, de 21 de maio de 2013 e pelo MEC por meio da Portaria nº 400, de 15 de agosto de 2013, expedida pela Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

1.2.6 Missão Institucional

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

1.2.7 Visão Institucional

Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento.

1.2.8 Princípios Norteadores

São princípios norteadores da formação na Ufopa:

Responsabilidade Social e Pública: orientada pelos valores básicos da humanidade, como democracia, justiça, solidariedade e respeito à diversidade, deve a Ufopa formar e empreender esforços para desenvolver processos de atuação inclusivos, que favoreçam o acesso de pessoas que tradicionalmente têm a universidade fora do seu alcance. Que as ações da Ufopa sejam fecundas pelo respeito aos valores humanos e pelo fortalecimento das populações amazônicas;

Pertinência: comprometer-se com a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, além de buscar atender às necessidades da população, cooperando com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito a proporcionar o desenvolvimento sustentável da região, com o fortalecimento principalmente da capacidade local para inovações que propiciem o uso sustentável da biodiversidade amazônica;

Relevância Científica, Artística e Social: por meio de uma ação holística através de programas, conferindo unidade às ações de ensino, pesquisa, extensão e diferentes manifestações artísticas, a Ufopa deverá comprometer-se a produzir e difundir conhecimento científico relevante, atendendo à universalidade do conhecimento, mais com a preocupação da pertinência local;

Justiça e Equidade: os processos praticados nos programas da Ufopa deverão ter como finalidade a construção de uma sociedade solidária, facilitando o acesso à educação para grupos desfavorecidos pelas condições sociais e pelas distâncias amazônicas;

Inovação: precisamos desenvolver uma nova relação com o conhecimento para ir além das explicações científicas, assumindo compromissos com a eficiência econômica da sociedade, compartilhando estes conhecimentos e proporcionando a qualificação produtiva da mesma. Nessa perspectiva, a Ufopa deve desenvolver a capacidade de inovação contínua diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a capacidade para compreender as novas demandas fundamentais da sociedade, em termos produtivos, priorizando aqueles que tenham maior relevância social e aumentando a interatividade com o mundo empresarial e do trabalho;

Internacionalização e Interatividade: a Ufopa mantém colaboração permanente com outras instituições nacionais e internacionais, além de institutos de pesquisa. Este é um

mecanismo fundamental para a consolidação da Universidade, dando uma dimensão internacional aos seus programas. Para isso, é fundamental a articulação institucional com agências nacionais e internacionais, especialmente no âmbito do programa “Ciências sem Fronteiras” do Governo brasileiro.

1.2.9 Corpo Docente e Técnico Administrativo da Universidade Federal do Oeste do Pará

De acordo o Relatório do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, no primeiro semestre de 2017, a Ufopa tinha em seu quadro de servidores, 418 professores, sendo 221 doutores, 171 mestres, 4 especialistas e 1 graduado. Já o número de técnicos correspondia a 551, sendo 3 doutores, 50 mestres, 247 especialistas, 147 graduados, 57 com ensino médio concluído e 15 com ensino fundamental completo, incompleto e alfabetizados.

1.2.10 Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará

Coerente com o modelo acadêmico implantado na Ufopa, sua estrutura acadêmica está assim constituída:

- 1. Centro de Formação Interdisciplinar (CFI)** - Unidade responsável pela oferta de componentes de formação interdisciplinar.
- 2. Instituto de Ciências de Educação (ICED)** - Mantém os seguintes programas: Ciências Humanas, com o curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia (Regular e Parfor), Licenciatura em História e Bacharelado e Licenciatura em Geografia; Ciências Exatas, com o curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física (Regular e Parfor), Licenciatura em Informática Educacional, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática; Ciências Naturais, com o curso de Licenciatura Integrada em Biologia e Química (Regular e Parfor), Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Química; Letras, com o curso de Licenciatura Integrada em Letras - Português e Inglês (regular e Parfor) e Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa; e Educação, com o curso de Licenciatura em Pedagogia (Regular e Parfor).
- 3. Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF)** - Mantém os Programas de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (Bacharelados Profissionais em Engenharia Florestal, Agronomia, Zootecnia e Biotecnologia).

- 4. Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)** - Mantém os Programas de Ciências Jurídicas, com Bacharelado em Direito; Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, com Bacharelado em Ciências Econômicas e Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; Programa de Antropologia e Arqueologia, com Bacharelado em Antropologia e Bacharelado em Arqueologia.
- 5. Instituto de Engenharia e Geociências (IEG):** Mantém os seguintes Programas: Programa Ciências da Terra, com o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra, no primeiro ciclo de formação, e três Bacharelados Profissionais: Geologia, Geofísica e Ciências Atmosférica, no segundo ciclo; Programa Ciência e Tecnologia, o primeiro ciclo com o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, e no segundo o Bacharelado Profissional em Engenharia Física com ênfase em Energia; Programa de Computação, com Bacharelado em Ciências da Computação.
- 6. Instituto de Saúde Coletiva (ISCO):** Oferece os cursos de Farmácia e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva.
- 7. Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA):** Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas; Curso de Bacharelado em Biologia; Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca; Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental; e Curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental.

O curso de Licenciatura em História está vinculado ao Instituto de Ciências da Educação. Assim, faz-se necessário compreender a estrutura acadêmica, as finalidades e os princípios dessa unidade acadêmica.

1.3 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

O Instituto de Ciências da Educação da Ufopa se constitui como unidade acadêmica de formação docente em educação superior (graduação e pós-graduação), na área do conhecimento das Ciências da Educação, sendo disciplinado pelas normas internas da Ufopa, bem como pela legislação federal referente à formação docente. O ICED é constituído pelos seguintes programas: Ciências Naturais, Ciências Humanas, Letras, Ciências Exatas e Educação.

Além disso, no Instituto há programas de pós-graduação lato sensu e programas de pós-

graduação stricto sensu. O Instituto já ofertou cursos de especialização em Gestão Escolar, em Educação Infantil e aperfeiçoamento chamado “A escola e a cidade: políticas públicas educacionais”, curso de aperfeiçoamento Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação. Atualmente, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, Mestrado Acadêmico em Educação, Mestrado Profissional em Letras (Profletras), Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF), Doutorado Interinstitucional em Educação – Ufopa/Unicamp, Doutorado Interinstitucional em Geografia Humana – Ufopa/Unifesspa/Usp.

1.3.1 Finalidades

O ICED é uma unidade interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa, que tem como finalidade a formação e a qualificação de profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento e com a construção de uma sociedade justa, democrática, solidária e pluralista, por meio de cursos regulares, intervalares e de educação à distância, de graduação e de pós-graduação, observando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O Instituto tem como objetivo formar educadores comprometidos com a transformação social do Brasil e da Amazônia, para atuar na educação básica e educação superior, quer no espaço escolar ou em outros espaços sociais nos quais a atuação desse profissional se fizer necessária, sempre numa perspectiva de promover o ensino crítico e reflexivo, que instrumentaliza o indivíduo a intervir na sociedade, tendo em vista a sua transformação e a construção da cidadania.

1.3.2 Princípios

- Ser referência em âmbito nacional, regional e local no tocante à formação docente;
- A defesa da educação pública gratuita para todos e com qualidade social;
- Autonomia universitária;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formação de profissionais da educação pautada no compromisso com a valorização do trabalho docente e na construção de práticas educacionais inovadoras com vistas à transformação social;
- Afirmção e ampliação da democracia como referência para a gestão institucional;
- Compromisso social com grupos organizados em torno de lutas em favor da dignidade humana, da liberdade, da solidariedade, da justiça social e da preservação e

desenvolvimento da Amazônia;

- Compromisso com a inclusão social e educacional dos sujeitos historicamente excluídos;
- Reconhecimento da pluralidade e das diferenças como elementos construtivos das relações acadêmicas, políticas e sociais.

2 INFORMAÇÕES DO CURSO

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Endereço de oferta do curso	Universidade Federal do Oeste do Pará - Campus de Santarém – Instituto de Ciências da Educação (Unidade Rondon). Av. Marechal Rondon, s/n – Caranazal CEP 68040-070, Santarém (PA).				
Denominação do Curso	Licenciatura em História				
Turno de funcionamento/n. de vagas anuais	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
		50 vagas		50 vagas	50
Modalidade	Presencial				
Regime de matrícula	Semestral				
Duração do curso	Carga Horária Total	Tempo Mínimo		Tempo Máximo	
	3470h	9 semestres		14 semestres	

2.2 JUSTIFICATIVA

A Ufopa foi a primeira universidade implantada no interior da Amazônia Brasileira, na cidade de Santarém, Pará. A região de abrangência da Ufopa é composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica - 12,87 habitantes/km. Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense.

A região do Baixo Amazonas é formada por um valioso patrimônio histórico-cultural. Segundo Edith Pereira, no livro *Arte Rupestre na Amazônia – Pará*, ao longo dos rios Nhamundá e Trombetas, onde se localiza o município de Oriximiná, e dos seus principais afluentes (Mapuera, Cachorro e Erepecuru) encontra-se a maior concentração de pintura rupestre do Pará. O município de Monte Alegre também é conhecido pelas pinturas rupestres situadas em três serras localizadas a cerca de 40 km a oeste da sede municipal.

De acordo com o relatório do Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará, apenas 10% dos professores que atuam na capital e no interior do Pará têm formação adequada. São 40.000 professores do ensino básico da rede pública que não possuem curso superior e outros 22.000 que, embora sejam licenciados, ministram disciplinas para as quais não possuem formação específica.¹

Esses dados revelam um quadro muito mais preocupante se considerarmos que no estado do Pará pouco mais de 30% dos jovens, com até 19 anos de idade, concluíram o Ensino Médio, que a taxa de abandono escolar alcança 20% e que a média de escolaridade não passa de 5,9 anos, enquanto a nacional é de 7,2 anos.² Esses fatores têm colocado o Pará em posições muito baixas nos sistemas de avaliação de larga escala realizadas pelo Governo Federal, como no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), no qual o estado aparece abaixo da média da região Norte e sempre muito longe das metas nacionais.

No caso específico do oeste do Pará a situação não é diferente e, em se considerando algumas especificidades, os desafios se revelam ainda maiores. É preciso destacar que essa região se caracteriza, como em toda Amazônia, por uma exuberante biodiversidade que tem sido historicamente ameaçada pela exploração madeireira, o alargamento das fronteiras do agronegócio e a construções de grandes barragens. A implantação dos projetos de extração de minerais e agropastoris incentivou a migração para a região de contingentes populacionais de outras regiões do Brasil, cujas principais consequências foram alterações sociais e culturais na região e a desapropriação territorial das populações locais.

Assim, como corolário dessa situação, a ameaça se estende à sociodiversidade, outra grande riqueza presente nessa porção territorial que é formada por uma diversidade de grupos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, ribeirinhos, extrativistas, assentados,

¹ Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará de 03 de fevereiro de 2009. Belém-PA, 2009. Disponível em: www.proeg.ufpa.br/view/inicio/downloads.php?idDoc=126. Acesso: 06 de janeiro de 2014.

²Dados disponíveis em: <http://pactopelaeducacao.pa.gov.br/comite-do-baixo-amazonas-acompanhara-investimentos-do-pacto-pela-educacao>

pescadores, agricultores familiares, colonos e migrantes oriundos, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país.

No espaço urbano e rural, em inúmeros povoados, pequenas e médias cidades, as populações vivem em condições bastante adversas em termos de políticas públicas de educação, saúde e de saneamento. A concentração de renda, os variados problemas urbanos de infraestrutura, o crescimento desordenado de alguns núcleos urbanos, o conflito pela terra, os persistentes crimes ambientais e o desrespeito aos direitos dos povos da floresta, constituem elementos inequívocos dos desafios atuais e futuros a serem enfrentados pela sociedade e pelos governantes no oeste do Pará.

Segundo o Relatório de Indicadores de Qualidade Ambiental produzido pelo governo do Pará, por exemplo, Santarém e Novo Progresso lideraram os índices de desmatamento na região entre os anos de 2001 e 2011. Essa degradação ambiental afeta o IDH, uma vez que atinge a qualidade de vida e, conseqüentemente, a longevidade da população, que é um dos critérios usados para avaliar o IDH, que para os municípios da região de abrangência da Ufopa é de 0,6 aproximadamente.

Daí a importância, para essa região, de um ensino superior público e de qualidade, voltado ao fortalecimento de diversas áreas do conhecimento. Se as riquezas naturais e as demandas estruturais exigem um forte investimento nas áreas técnicas e tecnológicas, as Ciências Humanas não podem ser relegadas a um segundo plano pelo indispensável papel que desempenham na formação de uma sociedade capaz de refletir sobre os seus problemas de forma crítica, analítica e prospectiva.³ O aperfeiçoamento das políticas públicas e das ações empreendidas em um espaço social tão diversificado depende, invariavelmente, da promoção do respeito à biodiversidade e à sociodiversidade e é exatamente aí que as disciplinas congregadas nas Ciências Humanas desempenham uma função estratégica para o desenvolvimento do Oeste do Pará. Esse é, por exemplo, o caso da História, pois como bem destacou Jörn Rüsen:

a 'História' é exatamente o passado sobre o qual os homens têm de voltar o olhar, a fim de poderem ir à frente em seu agir, de poderem conquistar seu futuro. Ela precisa ser concebida como um conjunto, ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente.⁴

³ Cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

⁴ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 74.

Além disso, a oferta de um curso de Licenciatura Plena em História na região do oeste do Pará, além de suprir as carências do ensino e possibilitar a melhoria nos índices de escolarização da Educação Básica, tem como função prioritária o desenvolvimento de agentes sociais capazes de refletir sobre os problemas regionais e de valorizar a diversidade ambiental e social, tão marcante nessa região.

Não obstante tenha como foco a formação de professores de História, o curso de Licenciatura Plena procura primar, também, pela produção do conhecimento norteada por princípios científicos e práticos, fortalecendo a universidade como *locus* da formação profissional, da educação continuada, da não fragmentação do profissional da educação e da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse aspecto da formação deve-se pautar sempre pela conexão entre ensino, pesquisa e extensão, procurando qualificar continuamente a formação de professores com competências científico-pedagógicas capazes de promover um ensino voltado à reflexão, por meio de estratégias e metodologias participativas e inovadoras nos ambientes educativos.

Conseqüentemente, o profissional Licenciado em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará, além de suprir uma demanda urgente em termos de defasagem de professores dessa área, estará apto a desenvolver a pesquisa e contribuir para uma melhor compreensão do passado e do contexto espacial atual da Amazônia (em particular a da porção oeste do Estado do Pará). Entende-se que a pesquisa é um elemento indissociável da formação intelectual autônoma e crítica do professor. Faz-se necessário, nesse sentido, o estímulo à compreensão da produção do espaço no contexto histórico da região "vista de dentro", ou seja, capaz de percebê-la a partir das suas especificidades, rompendo com as análises em torno do eixo centro-periferia.⁵ Os discentes e egressos do curso, portanto, poderão contribuir também decisivamente no desenvolvimento da pesquisa histórica e geográfica da região.

Deste modo, a implantação do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Oeste do Pará é de suma importância e poderá contribuir efetivamente para o

⁵ Esta compreensão vem sendo enfaticamente defendida na historiografia local das últimas décadas, como nos seguintes trabalhos, voltados a questões específicas sobre a história da Amazônia: CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açáí; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA); Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010; BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2012; entre outros.

melhoramento do ensino básico no oeste do Pará, dada a carência e necessidade de pesquisadores e educadores capazes de atuar eficazmente na área nas cidades da região.

2.3 HISTÓRICO DO CURSO

Em 2009, o projeto de implantação da Ufopa – que incorporaria os campi de Santarém, Itaituba e Oriximiná da UFPA, bem como o campus de Santarém da UFRA – previa a criação de licenciaturas integradas, entre as quais a Licenciatura Integrada em História e Geografia, que foi criada em 2011. A finalidade, naquele momento, era promover a formação de professores capazes de fomentar ações interdisciplinares (sendo a interdisciplinaridade um dos pilares da universidade) envolvendo estas duas áreas do conhecimento no espaço escolar.

Assim, entre os anos 2011 e 2014 a Ufopa ofertou vagas para o curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia, tanto no regular como através do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR). Porém, após inúmeras reuniões entre os professores do curso e deste grupo com as instâncias superiores da universidade, em 2015 decidiu-se que as habilitações nestas áreas seriam ofertadas separadas. Desta maneira, a partir de 2016 a Ufopa começou a ofertar, anualmente, uma turma de Licenciatura em História e outra turma de Licenciatura em Geografia, mantendo a Licenciatura Integrada como modalidade no PARFOR. Neste ínterim, a turma ingressante através dos Processos Seletivos de 2015 migrou para o novo curso e, conseqüentemente, adotou a grade curricular atualizada, constituindo, assim, a primeira turma do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

2.4 OBJETIVOS DO CURSO

2.4.1 Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em História tem como objetivo a formação de profissionais que atuarão como professores, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, cujas práticas pedagógicas sejam capazes de superar o simples domínio de conteúdos em favor de uma atuação docente pautada na reflexão dos métodos e critérios de produção interdisciplinar. Em uma região com notável biodiversidade e sociodiversidade, além da histórica desigualdade social, espera-se a formação de profissionais capazes de articular o conhecimento sobre o tempo

e o espaço em prol de uma reflexão pedagógica que permita pensar os problemas enfrentados pela região de forma crítica, analítica e prospectiva.

2.4.2 Objetivos específicos:

- Preparar profissionais para a atuação no magistério de Educação Básica, no Ensino Fundamental II e Médio, no campo da História e as possibilidades de interdisciplinaridade e as transversalidades;
- Formar profissionais capazes de problematizar e articular o conhecimento das áreas de História em favor de uma formação crítica do alunado;
- Desenvolver a pesquisa e sua difusão na academia, instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Estimular a consciência profissional, considerando os grandes problemas educacionais da região amazônica e suas interfaces no âmbito das políticas nacionais.
- Valorizar a ética profissional e cidadã do professor, destacando a função social do exercício da docência e os desafios enfrentados cotidianamente por esses profissionais.
- Garantir uma formação que garanta aos licenciados o conhecimento das principais vertentes interpretativas e dos conteúdos básicos da disciplina História;
- Formar profissionais de História capacitados para atuação em áreas do ensino e da pesquisa percebendo a indissociabilidade de ambos;
- Problematizar a inserção das novas tecnologias como ferramenta pedagógica para o Ensino de História;
- Instrumentalizar os egressos para a melhoria do ensino e da pesquisa em História, a partir do domínio de diversos métodos e técnicas pedagógicas adequados aos diversos níveis de ensino.

2.5 PERFIL DO EGRESSO

Seguindo as diretrizes do CNE/CES 492/2001, o profissional egresso do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará deverá estar capacitado ao exercício do ensino de História em suas variadas dimensões, o que supõe o domínio do conhecimento histórico das práticas essenciais, de sua produção e difusão. O profissional de História deverá estar em condições de atuar na extensão de seu campo de conhecimento, a saber: no ensino básico, na pesquisa, na criação de instrumentos/materiais capazes de dar publicidade

à sua produção e nas atividades de assessoramento e consultoria a entidades públicas e privadas nos setores patrimoniais, culturais, artísticos, turísticos, de acordo as Diretrizes Nacionais do Cursos de História.

Ao Licenciado caberá – com postura crítica e autonomia intelectual – problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento, bem como criar mecanismos de diálogo com as diferentes áreas, a fim de promover uma análise interdisciplinar. Na docência também se exige interação com a sociedade em toda a sua estrutura organizacional, desse modo o licenciado em História deverá estar apto a desenvolver juntamente com seus interlocutores uma interpretação da realidade histórica e dela buscar conhecimentos e experiências que contribuam na formação crítica no processo de ensino e aprendizagem.

Ademais, o professor deve estar em constante atividade de pesquisa juntamente com seus formandos, possibilitando a dinâmica da aprendizagem e permitindo a descoberta do novo, a produção de materiais de difusão do conhecimento, a reelaboração crítica e teórica dos conteúdos ministrados e a desconstrução dos saberes inaugurados por determinados grupos de interesse, que consolidaram e naturalizaram certas práticas históricas de apropriação do espaço social e natural.

Considerando o princípio da indissociabilidade e o perfil que queremos alcançar com a formação do professor, pesquisador e difusor do conhecimento, torna-se, portanto, necessário à capacitação e à qualificação do licenciado, envolvido com sua formação, transformar e desenvolver os conhecimentos dentro de uma prática profissional indissociável. Para isso, são requeridos o domínio e a construção de habilidades e competências capazes de efetivar o processo de profissionalização mediante a sistematização teórico-reflexiva articulada com o fazer nos três citados níveis.

Nesse processo de profissionalização, será estimulada também a opção autônoma do formando como valor central da formação, dando possibilidade aos formandos em ambas as áreas de desenvolverem a capacidade de articular suas escolhas de modo a enfrentar os problemas que a inserção profissional pode propor. Não se trata de estabelecer, simplesmente, uma lista de conhecimentos pré-definidos, mas de fomentar uma maturidade e uma instrumentação intelectual adequada a pensar os problemas da pesquisa e da prática profissional a partir de uma formação teórica e prática plural e aprofundada, ou seja, elaborada, pensada e experimentada.

Nesse contexto, o curso de Licenciatura em História da Ufopa deve ser capaz de prover, ao mesmo tempo, essas competências, práticas e procedimentos para a pesquisa, o ensino e a

difusão do conhecimento, mas também alimentar a curiosidade intelectual, fomentar a criatividade e a capacidade propositiva. Fomentar, enfim, inclinações e interesses que serão necessariamente variados e pertinentes à formação de professores.

Enfim, o profissional egresso do curso de Licenciatura em História da Ufopa deverá estar capacitado ao exercício do ensino de História no âmbito da Educação Básica. O curso deve, por conseguinte, ser capaz de prover ao mesmo tempo as competências relacionadas às áreas de História, bem como fomentar práticas e procedimentos para a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento pertinente à formação de professores.

2.6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

2.6.1 Competências e Habilidades Gerais

Tratam-se das competências referentes à formação comum de todos os professores que irão atuar na Educação Básica. Assim, a partir da Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior, o profissional egresso deste curso, na habilitação em Licenciatura Plena em História, deverá:

- Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, promoção dos direitos humanos, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, atuando como profissional e como cidadão;
- Reconhecer e respeitar a diversidade manifesta por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais, étnicos, gêneros e físicos;
- Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e da comunidade, os temas e necessidades do mundo social e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- Fazer uso das novas linguagens e tecnologias, considerando os âmbitos do ensino e da gestão, de forma a promover a efetiva aprendizagem dos alunos;
- Analisar, produzir e utilizar materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem;
- Reconhecer e operar com a complexidade da docência, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa.

2.6.1.1 Competências e Habilidades Específicas para História

Com base Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia – CNE/CES 492/2001 – as Competências e Habilidades específicas a serem desenvolvidas no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará, são:

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental II e Médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento histórico na Educação Básica.
- Dominar as diferentes concepções metodológicas e teóricas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Conhecer as principais correntes da historiografia brasileira;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, reconhecendo a especificidade da perspectiva histórica;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos, em outros espaços não-formais de ensino, e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Coletar, processar e analisar fontes históricas criticamente e dominar os procedimentos de formulação de projetos e efetivação da pesquisa em História.

2.7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Projeto Pedagógico do Curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi organizado seguindo as seguintes diretrizes da legislação vigente: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394, de 20/12/1996); Resolução CNE/CES nº 13, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História; Resolução CNE/CP 2/2002 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura; Resolução CNE/CP/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de

Professores da Educação Básica; Portaria MEC nº 403, de 01/04/2010 que trata dos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura; Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008; Resolução CNE/CEB 4/2010, Resolução CNE/CP nº 1/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Decreto Presidencial nº 5.626/2005 que regulamenta a inclusão de Libras como disciplina curricular; Lei nº 9.795 de 27/04/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, mediante seu Conselho Pleno, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, observando-se o prescrito nas seguintes legislações vigentes: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou Resolução CP/CNE Nº1, de 30/05/2012, bem como pela proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

A Resolução CNE/CEB Nº 4/2010 apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.

O curso de História da Ufopa, segue esses princípios na sua estratégia de formação, com vista a um egresso que na atividade docente zele pela garantia do padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, o que pode contribuir para se alcançar a qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo. A exigência legal de definição de padrões mínimos de qualidade da educação traduz a necessidade de reconhecer que a sua avaliação associa-se à ação planejada, coletivamente pelos sujeitos da escola. Movido por essas diretivas, os docentes do curso de História da Ufopa, que atuam nos núcleos de Formação de práticas docentes e de

formação em saberes em História e suas didáticas deverão discutir com os discentes, dentro das especificidades de suas disciplinas, os ganhos de modelos de gestão democrática, participativa e colegiada, que possam subsidiar uma prática pedagógica do futuro profissional que favoreça uma cultura escolar que contribua para o acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos nas instituições educacionais.

A organização curricular formulada para a Licenciatura em História foi estruturada para ser finalizado em, no mínimo, 04 anos e meio e, no máximo, 07 anos. Sendo outorgado ao final do curso o título de Licenciatura Plena em História.

Para obter o título de Licenciado em História, o acadêmico deverá cumprir um total 3.470h, conforme as normas da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para os cursos de licenciatura. Ainda em observância à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que preconiza em seu Artigo 12 a formação de núcleos, sem perder de vista o princípio da autonomia pedagógica da instituição, a grade curricular do curso de formação de professor de História da Ufopa encontra-se organizado em:

I – Núcleo de Formação de práticas docentes, com 610 horas, formado pelos componentes curriculares: Didática (60h), Educação Etnorracial (75h), Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação (75h), Metodologia do Ensino de História I (75h), Metodologia do Ensino de História II (75h), Língua Brasileira de Sinais (75h), Política e Legislação Educacional (75h), Psicologia da Educação e da Aprendizagem (75h) Seminários Integradores (25h).

II - Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas, com 2660 horas, formada pelos componentes curriculares: Estágio Supervisionado em História I (100h), Estágio Supervisionado em História II (100h), Estágio Supervisionado em História III (100h), Estágio Supervisionado em História IV (100h), Antropologia e História (60h), Metodologia do Trabalho Científico (60h), História Antiga (85h), História Contemporânea I (85h), História Contemporânea II (85h), História da África I (85h), História da África II (85h), História da Amazônia I (85h), História da Amazônia II (85h), História da América I (85h), História da América II (85h), História do Brasil I (85h), História do Brasil II (85h), História do Brasil III (85h), História Medieval (85h), História Moderna (85h), Historiografia Brasileira (85h), História Indígena e do Indigenismo (85h), Introdução aos Estudos Históricos (60h), TCC I (60h), TCC II (60h), Teoria da História I (60h), Teoria da História II (60h), Metodologia da História (60h), Optativa I, II, III, IV, V, VI, VII (com 60h cada uma).

III – Núcleo de estudos integradores, formado pelas atividades complementares, com 200 horas (atividades de ensino, pesquisa, extensão e representação estudantil; monitorias, atividades de caráter científico e de divulgação científica; atividades de caráter artístico e cultural, atividades de caráter técnico).

O Núcleo de Formação de práticas docentes, com 610 horas, contém disciplinas que são ofertadas por professores dos cursos de Pedagogia e do curso de História, que estão distribuídas no percurso formativo dos discentes, conforme indicação da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015 em seu artigo 13, inciso I. Destaca-se a proposta de garantir, por meio desses componentes, um modelo de ensino que não dissocie teoria e prática, mote de nossa metodologia, superando, portanto, o modelo aplicacionista pautado em uma lógica na qual primeiro se “aprende” para, posteriormente, “aplicar” esse conhecimento nos estágios finais do curso. Com isso, o curso de História da Ufopa se alinha às diretrizes do Parecer CNE/CP nº 9/2001, p. 23.

O Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas é composto por um conjunto de componentes direcionados à formação articulada entre os conteúdos, a reflexão teórico-metodológicas do saber histórico e o ensino de História. Esse núcleo se subdivide em sete dimensões: Saberes em Teoria e Metodologia, Saberes em História Geral, Saberes em História da África, Saberes em História da América, Saberes em História do Brasil, Saberes em História da Amazônia, Saberes Didáticos.

No percurso do Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas, portanto, estão garantidas as 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado (conforme o inciso II, parágrafo 1º do artigo 13 da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015, bem como o aprofundamento da relação teoria e prática, já prevista no Núcleo de Formação de práticas docentes, em cumprimento ao prescrito no parágrafo 3º do artigo 13 da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015.

2.7.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº3/2004

Em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº3/2004, os docentes responsáveis pelas disciplinas de História da África I e II, História Indígena e do Indigenismo, Antropologia e História e Educação Etnicorracial atendem a Legislação vigente. A saber:

Disciplina: Antropologia e História: o(a) docente trará nas discussões as teorias clássicas da Antropologia. Antropologia e História nos séculos XIX e XX. Temas de estudo transversais entre Antropologia e História: religião/magia, tempo, espaço e organização social. A alteridade como elemento dinamizador das diferenças culturais. As relações de fronteira entre Antropologia e História. Antropologia e Amazônia.

Disciplina: Educação Etnicorracial: será indicado aos professores que utilizem textos ou experimentações que envolvam as matrizes discursivas sobre raça, racismo e racialismo; o racismo, a escola e o livro didático; o racismo em sala de aula: estratégias de atuação e a legislação atual; História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula; Educação Escolar Quilombola.

Disciplina: História da África I e II: o(a) docente promoverá o debate sobre diversidade econômica, religiosa, política e cultural do continente africano. A escrita da História e a História da África; Constituições históricas e simbólicas do continente. Construções identitárias – imperialismo, colonialismo e pós-colonialidade. África, diásporas e aspectos da globalização.

Disciplina: História Indígena e do Indigenismo: a disciplina analisa a formação do Indigenismo como campo de investigação histórica e a história indígena. Contempla também a legislação, a tutela, as relações de trabalho e de exploração, as formas de mestiçagem e resistência, o território, a historiografia e os conceitos que se ocupam do tema, e os indígenas como sujeitos de ação e protagonistas do processo histórico.

2.7.2 Políticas de Educação Ambiental, conforme o disposto na Lei Nº 9.795/1999, no Decreto Nº4.281/2002 e na Resolução CP/CNE Nº 2/2012

A partir das concepções de interdisciplinaridade e transversalidade, a perspectiva de Educação Ambiental deverá ser contemplada em todas as disciplinas acadêmicas da Licenciatura em História. Deve-se ressaltar, de antemão, a importância dessa temática em uma universidade localizada na região Amazônica, como a Ufopa, cuja missão institucional é “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”.

Daí a necessidade de discutir como os aportes da Educação Ambiental podem ser usados na reflexão da realidade local (História Local e Regional) e o entrecruzamento com as políticas públicas nacionais (História do Brasil e Geral⁶). A temática deverá ser tratada, prioritariamente, nos componentes de História Moderna, História da Amazônia e Seminários Integradores, respeitando o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30/05/2012. Ademais, ressaltamos que o debate a respeito da Educação Ambiental deverá constar, incondicionalmente, nas disciplinas curriculares optativas.

Disciplinas: História da Amazônia I e II: voltadas à formação política, econômica e social da região amazônica, nessas disciplinas deverão ser abordados determinados temas e aspectos diretamente relacionados à Educação Ambiental, como: o conceito de Amazônia; a relação entre homem e natureza em suas múltiplas facetas; a construção de territórios e paisagens a partir de diferentes percepções, práticas culturais e usos do espaço; as distinções e interseções entre urbano e rural; os impactos da inserção da região no sistema capitalista no meio ambiente e na sociedade local; entre outros.

Disciplina: História Moderna A disciplina propõe o estudo dos processos de transformação social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido, especialmente, entre os séculos XV e XVII. O curso discute os grandes processos que marcaram o período: Expansão Marítima e Comercial, Renascimento e Humanismo, Reformas religiosas,

⁶ Disciplinas entendidas como História Geral – Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Estados modernos e Absolutismo, e a transição para o capitalismo; dando destaque às transformações na relação entre o homem e o meio natural a partir destes séculos, processo que esteve diretamente relacionado à afirmação do sistema capitalista e ao movimento de industrialização.

Disciplina: Seminários Integradores: Estudo sobre a atmosfera, a Terra e seus ambientes: formações e interações. Clima Global e Local. Biosfera, Biomas e Biodiversidade Amazônica. Interações Aquático-Florestais e Conservação de Bacias Hidrográficas. Sociedades e Culturas Amazônicas. Fundamentos de Planejamento e Gestão. Gestão territorial das cidades. Ética, sociedade e cidadania. Legislação e proteção da diversidade ambiental e cultural. Educação Saúde e Meio Ambiente. Educação Ambiental.

2.7.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012

Quanto às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012, os docentes do curso organizam suas disciplinas tendo como parâmetro os debates sobre a valorização da liberdade, das identidades de gênero, sexualidades, tolerância religiosa e faixas geracionais. São contempladas, igualmente, as reflexões acerca da promoção da Educação Especial, da gestão democrática da Educação e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Os componentes curriculares especialmente comprometidos com esse debate são: Estágio Supervisionado em História I, II, III e IV, Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, História Antiga, História Contemporânea I e II, História da América I e II, História do Brasil I, II e III, História Medieval, Historiografia Brasileira, Introdução aos Estudos Históricos, Metodologia do Ensino de História I e II, Teoria da História I e II.

Disciplina: Estágio Supervisionado em História I, II, III e IV. Nesses componentes curriculares, o(a) professor(a) apresentará as concepções gerais sobre estágio, formação de professores e a relação entre ensino e pesquisa na Educação Básica, preocupado com as

questões heterogêneas que são demandadas das práticas em Direitos Humanos. A pesquisa no ensino de História no cotidiano escolar: objetivos, fontes e metodologias. Observação da escola campo do estágio e do trabalho docente.

Disciplina: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. O(a) docente promoverá a crítica ao pensamento filosófico sobre a sociedade, o conhecimento, direitos humanos e a educação. A educação como prática fundamental da existência histórica – social cultural e política. A educação e os diferentes períodos históricos.

Disciplina: História Antiga Curso introdutório ao estudo da Antiguidade através da análise das sociedades da Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma, dando destaque para o mar Mediterrâneo como espaço de trocas diversas entre diferentes povos Procura-se investigar as interações de povos e culturas em torno do Mediterrâneo, propondo uma leitura crítica da historiografia acerca da Antiguidade, apresentando os principais acúmulos e caminhos de renovação nas pesquisas sobre o mundo antigo, e contribuindo para a crítica do discurso eurocêntrico através da promoção da história das periferias do mundo greco-romano. Destaca-se ainda temas como o papel da mulher na sociedade antiga, as variadas formas de atuação política nas *poleis* e os usos da história antiga para a legitimação de sistemas políticos contemporâneos.

Disciplina: História Contemporânea I: o(a) docente deve trabalhar a transformação das práticas e da organização do trabalho, a partir da difusão do modelo de produção industrial inglês do século XVIII, observando o impacto sobre as famílias, a redefinição de padrões de moradia, consumo e sociabilidade dentro da perspectiva urbana, em particular as condições de vida e trabalho para mulheres e crianças na indústria. Também previsto nesta disciplina está o debate acerca da Revolução Francesa, analisando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como um marco na luta pelos direitos humanos e da construção de um ideal de estado garantidor da integridade e liberdades individuais, respeitando o momento e condições sociais no qual esse projeto se origina. Estudo dos conceitos de imperialismo, nacionalismo e colonialismo segundo seus discursos eugênicos de superioridade, e como a legitimação desses conceitos pelo civilizacional do final só século XIX participou do acirramento político mundial que levou à Primeira Guerra.

Disciplina: História Contemporânea II: o(a) docente discutirá o impacto das perdas materiais e humanas da Primeira Guerra na crise de 1929, no endurecimento de ideologias radicais ultranacionalistas e segregatórias, que possibilitaram o surgimento do fascismo e do nazismo, e o evento da Segunda Guerra Mundial, com atenção às políticas persecutórias que justificaram diferentes práticas de extermínio de minorias, dentre elas a Shoá. A divisão política internacional durante a Guerra fria, observando diferentes políticas de controle promovidas tanto no bloco capitalista como no comunista. As consequências desses programas geopolíticos em diferentes regiões de influência desses blocos, em particular nas tensões do Oriente Médio que consolidaram leituras estereotipadas e discriminatórias contra os povos árabes no Oriente Médio, e a cultura islâmica de maneira global.

Disciplina: História da América I e II. O(a) professor(a) abordará temas que envolvem os direitos humanos especialmente quando analisar: a escravidão indígena e africana nas diferentes regiões da América; os processos de Independência e formulação da nação na América Latina e Estados Unidos; os golpes de estado e os regimes ditatoriais na América do Sul e América central no século XX; e, os processos de redemocratização nas repúblicas que viveram estados de exceção. Deste modo, a questão dos direitos humanos atravessa em grande medida a trajetória histórica das sociedades americanas.

Disciplina: História do Brasil I, II e III: os componentes curriculares promoverão uma reflexão acerca das relações de trabalho e da diversidade econômica e social na América Portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII) e no Brasil (século XIX e XX); analisarão a escravidão, indígena e africana, a ideologia escravista, o abolicionismo, o tráfico de escravos e as ideias de liberdade; discutirão acerca do trabalho livre; refletirão sobre o aparato jurídico e administrativo na América Portuguesa e a formação do Estado Nacional, no século XIX, bem como a ideia de cidadania; promoverão reflexões sobre cotidiano, religiosidade, gênero e sexualidade; discutirão diversos mecanismos dos sujeitos sociais combaterem as opressões engendradas pelo colonialismo e pelo Estado Nacional. Abordará a construção da República no Brasil, a ditadura do Estado Novo e o Regime Militar, bem como as experiências de redemocratização pós-Estado Novo e Regime Militar. A articulação desses combates com a busca de direitos fundamentais, historicizando a luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

Disciplina: História Medieval O curso propõe o estudo dos processos de transformação social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido, especialmente, entre os séculos V e XV. A disciplina discute o processo de fragmentação das

antigas estruturas políticas e sociais do Império Romano e a formação da sociedade medieval, passando pela estruturação das relações feudais na Idade Média Central, assim como pelas transformações da Baixa Idade Média, pensadas principalmente em torno da cidade medieval e do fortalecimento do poder régio. Abordam-se temas transversais como violência, corpo e sexualidade, concepções de gênero do período e desigualdades sociais. Por fim, discutem-se as principais perspectivas para o ensino e a pesquisa do medievo a partir da produção nacional.

Disciplina: Historiografia Brasileira. A(o) professor(a) deverá fazer os usos de textos que remetam ao debate sobre os Direitos Humanos na escrita da história do Brasil. Ao analisar a historiografia e projetos de construção da nacionalidade, os espaços institucionais e os arquivos públicos e privados, bem como a implantação, no Brasil, dos cursos de História, o docente conduzirá uma reflexão acerca das contribuições desses diferentes espaços de construção do saber histórico para a consolidação dos Direitos Humanos no Brasil.

Disciplina: Introdução aos Estudos Históricos. Apresentação e discussão das origens da historiografia. Introdução às principais categorias conceituais que estruturam o conhecimento histórico em sua gênese. Reflexão sobre os conceitos fundamentais que envolvem a pesquisa histórica, as fontes, a narrativa e a consciência histórica. Introdução à discussão sobre a historiografia, o lugar político e social do historiador, os desafios da ciência histórica e de sua consolidação enquanto referência e guardião do humanismo, e, por conseguinte, dos direitos humanos.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais. Na orientação de uma Educação Inclusiva, a disciplina de LIBRAS promoverá uma discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural e social. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Decreto nº 5626/05. Noções básicas de comunicação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Disciplina: Metodologia do Ensino de História I e II: o(a) professor(a) abordará o debate sobre saber acadêmico e escolar e cultura escolar. A partir da relação desses eixos, caberá ao docente incentivar as experiências dos direitos humanos nos espaços acadêmicos, escolares e da cultura escolar. Ademais, os princípios de direitos humanos estarão conectados com o exercício da cultura escolar.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico. A disciplina consiste em promover a promoção da pesquisa científica. O polo epistemológico. Referenciais teóricos e metodológicos. Dimensões da pesquisa empírica. Plataformas de pesquisa na rede mundial de computadores. Recorte do objeto. Construção de hipóteses e objetivos. Opções metodológicas. Elaboração e desenvolvimento do Projeto de Pesquisa. Crítica e análise de documentos. Exercícios de leituras teóricas. Visões de Contemporaneidade, Diferenças e Desigualdades.

Disciplina: Política e Legislação Educacional. O docente deverá promover um amplo debate acerca das noções de Estado, Direitos Humanos e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

Disciplina: Teoria da História I. Reflexão sobre o conhecimento histórico; análise de sua especificidade; investigação de seus procedimentos metodológicos; discussão dos temas e problemas clássicos da teoria da história: Verdade Histórica, Evento, Documento, Duração, Narrativa, Temporalidade, Memória, Liberdade, Razão, Tolerância Religiosa e Justiça.

Disciplina: Teoria da História II. Reflexão e discussão dos temas e problemas da teoria da História a partir das principais vertentes historiográficas, bem como através da comparação das respostas que essas vertentes apresentaram para questões parecidas. Investigação do desafio historiográfico a partir de conceitos, instrumentos, territórios de trabalho e fronteiras epistemológicas. Reflexão sobre temas específicos, tais como: a crise da razão, a narrativa, memória, representação, história da mulher, do gênero e da sexualidade, patrimônio e presentismo.

2.7.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista (Conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012)

O atendimento à Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é garantido pelo Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, vinculado à Diretoria de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Os serviços são oferecidos pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Oeste do

Pará. Seu público alvo são pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desde o processo seletivo até o término do curso. Desta forma, busca garantir os recursos de acessibilidade necessários para a inclusão deste público. Cabe ressaltar que compõem o grupo de pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento aquelas com Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger.

O Núcleo de Acessibilidade orienta professores sobre a valorização quanto ao aspecto semântico e reconhecimento da singularidade linguística dos alunos com deficiência auditiva/surdez. Sempre que solicitado, são disponibilizados profissionais para acompanhar os acadêmicos no momento da realização das provas. Quais sejam: intérpretes da Libras para acadêmicos com surdez e leitor/transcritor para acadêmicos com deficiência visual, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento (autismo, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger) e transtornos funcionais específicos (dislexia, TDAH etc.).

No âmbito do curso de História da Ufopa a discussão sobre Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger é realizada no componente curricular de Psicologia da Educação e em disciplinas ofertadas na modalidade optativa, especialmente em Estudos Temáticos em História e Ensino.

Disciplina: Estudos Temáticos em História e Ensino (optativa)

O docente em História deverá estar capacitado para o exercício da docência em salas de aula marcada pela diversidade e pela personalização. Já não basta ao professor apenas saber os conteúdos do seu ofício, é necessário que ele detenha conhecimento para atender as necessidades especiais. Diante dessa constatação, este componente Curricular discutirá as estratégias de inclusão e do processo de ensino e aprendizagem escolar, levando em consideração crianças autistas e outros transtornos do desenvolvimento.

Disciplina: Psicologia da Educação e da Aprendizagem. O docente na disciplina abordará a psicologia como estudo científico. A Psicologia aplicada à Educação e seu papel na formação do professor e no contato com as múltiplas identidades discentes. As correntes psicológicas que abordam a transformação da Psicologia da Educação. A contribuição das teorias do desenvolvimento e aprendizagem ao processo ensino-aprendizagem. Em consonância à Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, esse componente, em parceria com os profissionais do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa vinculado a Diretoria de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino

(PROEN), deverá promover o debate sobre para o Transtorno Global do Desenvolvimento as com Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger.

2.8 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares do Curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foram organizados seguindo as seguintes diretrizes da legislação vigente: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394, de 20/12/1996); Resolução CNE/CES nº 13, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História; Resolução CNE/CP 2/2002 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura; Resolução CNE/CP/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica; Portaria MEC nº 403, de 01/04/2010 que trata dos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura; Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008; Resolução CNE/CEB 4/2010, Resolução CNE/CP nº 1/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Decreto Presidencial nº 5.626/2005 que regulamenta a inclusão de Libras como disciplina curricular; Lei nº 9.795 de 27/04/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, mediante seu Conselho Pleno, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, observando-se o prescrito nas seguintes legislações vigentes: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou Resolução CP/CNE Nº1, de 30/05/2012, bem como pela proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

A organização curricular formulada para a Licenciatura em História foi estruturada para garantir uma formação que esteja devidamente alinhada ao perfil que se espera do egresso após o cumprimento total das 3.470h, conforme as normas da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível

superior para os cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada.

Atendendo à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que preconiza em seu Artigo 12 a formação de núcleos (I – núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; II – núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizados pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais e, III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular) sem perder de vista o princípio da autonomia pedagógica da instituição, a grade curricular do curso de formação de professor de História da UFOPA encontra-se organizada em três núcleos, conforme abordado de forma mais detalhada nas p. 21 e 22: I – Núcleo de Formação de práticas docentes, com 610 horas; II - Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas, com 2660 horas, III – Núcleo Integradores, formado pelas atividades complementares, com 200 horas (atividades de ensino, pesquisa, extensão e Representação estudantil; atividades de caráter científico e de divulgação científica; atividades de caráter artístico e cultural, atividades de caráter técnico).

Destaca-se que o Núcleo de Formação de práticas docentes contém disciplinas que são ofertadas por professores dos cursos de Pedagogia e do curso de História, distribuídas no percurso formativo dos discentes, conforme indicação da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015 em seu artigo 13, inciso I. O objetivo é garantir, por meio dele, um modelo de ensino que não dissocie teoria e prática, mote de nossa metodologia. Deve-se ressaltar que essa compreensão pedagógica, que reconhece a importância da reflexão teórica articulada à prática, também foi considerada na estruturação do Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas; para tanto, há componentes com 85 horas, das quais 25 horas são destinadas à prática docente a partir de elementos como o uso de tecnologias da informação (TICs), narrativas orais e escritas de professores, produções dos alunos, situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático. Com isso, o curso de História da UFOPA se alinha às diretrizes do Parecer CNECP nº 9/2001, p. 23, que preconiza a superação da ideia de que o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto, na sala de aula se dá conta da teoria.

O Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas é composto por um conjunto de componentes direcionados à formação articulada entre os conteúdos, a reflexão

teórico-metodológicas do saber histórico e o ensino de História. Esse núcleo se subdivide em sete dimensões:

Saberes em Teoria e Metodologia: Antropologia e História (60h), Metodologia do Trabalho Científico (60h), Introdução aos Estudos Históricos (60h), TCC I (60h), TCC II (60h), Teoria da História I (60h), Teoria da História II (60h), Disciplina Optativa I (60h).

Saberes em História Geral: História Antiga (85h), História Contemporânea I (85h), História Contemporânea II (85h), História Medieval (85h), História Moderna (85h). Disciplina Optativa II (60h).

Saberes em História da África: História da África I (85h), História da África II (85h), Disciplina Optativa III (60h).

Saberes em História da América: História da América I (85h), História da América II (85h), História Indígena e do Indigenismo (85h), Disciplina Optativa IV (60h).

Saberes em História do Brasil: História do Brasil I (85h), História do Brasil II (85h), História do Brasil III (85h), Historiografia Brasileira (85h), Disciplina Optativa V (60h).

Saberes em História da Amazônia: História da Amazônia I (85h), História da Amazônia II (85h), Disciplina Optativa VI (60h).

Saberes Didáticos: Estágio Supervisionado em História I (100h), Estágio Supervisionado em História II (100h), Estágio Supervisionado em História III (100h), Estágio Supervisionado em História IV (100h), Disciplina Optativa VII (60h).

2.9 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos empregados pelos docentes acompanham as diretrizes de uma gestão democrática para o processo de ensino-aprendizagem, a autonomia e a liberdade de expressão, que são qualidades no processo das relações acadêmico-pedagógicas. Em nossa metodologia, a construção social e cultural do conhecimento é resultado dos fatores sócio-histórico, interdisciplinar, transdisciplinar e multicultural. Nesse horizonte, os distintos sujeitos atuam na dinâmica didático-pedagógico do currículo.

Os instrumentos de aprendizagem utilizadas no curso tomam como referência a heterogeneidade dos discentes como centro do processo ensino aprendizagem. A condição dialógica será a base da relação professor-aluno. Em linhas gerais, serão estimulados os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem, mas sem perder de vista a sistematização dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação

dos conteúdos cognitivos. Ensinar e aprender se constituem em práxis-ação-reflexão-ação, processo em que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Nesse sentido, o instrumento metodológico tem como princípio educativo orientador a relação teoria-prática. A prática se constitui em eixo articulador do currículo.

Sendo assim, resumimos como diretrizes metodológicas os seguintes aspectos: (I) a vinculação teoria e prática, conhecimento historiográfico e saber histórico escolar; (II) a pluralidade de tempos-espacos-relações formativas, chamando a atenção para o conjunto dos tempos e espaços, vivências e práticas sociais em que se constituem os sujeitos históricos; (III) a pesquisa como estratégia educativa e sua articulação com a prática curricular continuada; (IV) a flexibilidade curricular, considerando a participação dos próprios educandos no currículo; (V) a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; (VI) o aprendizado e uso de múltiplas linguagens articuladas a produção educacional. A metodologia de ensino, portanto, privilegiará a formação do intelectual autônomo, criativo e empreendedor.

Em suma, a metodologia utilizada busca atender as orientações previstas na Resolução n. 2/2015, quanto às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional da docência na área em questão por meio de uma visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia.

2.10 COMPONENTES CURRICULARES:

PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1º	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	75
	Língua Brasileira de Sinais	75
	Psicologia da Educação e da Aprendizagem	75
	Introdução aos Estudos Históricos	60
	História Antiga	85
	Metodologia do Trabalho Científico	60
2º	Política e Legislação Educacional	75
	Didática	60
	Teoria da História I	60
	História Medieval	85
	Antropologia e História	60
3º	Metodologia do Ensino de História I	75
	Teoria da História II	60
	História Moderna	85
	Disciplina Optativa I	60
	Disciplina Optativa II	60
4º	Metodologia do Ensino de História II	75
	Historiografia Brasileira	85

	História do Brasil I	85
	Optativa III	60
	Optativa IV	60
5°	Estágio Supervisionado em História I	100
	História Contemporânea I	85
	História do Brasil II	85
	História da Amazônia I	85
	Optativa V	60
6°	Estágio Supervisionado em História II	100
	História Contemporânea II	85
	História do Brasil III	85
	História da Amazônia II	85
	Optativa VI	60
7°	Estágio Supervisionado em História III	100
	Metodologia da História	60
	História da África I	85
	História da América I	85
	Optativa VII	60
8°	Estágio Supervisionado em História IV	100

	História da África II	85
	TCC I	60
	História da América II	85
9º	Seminários Integradores	25
	TCC II	60
	História Indígena e do Indigenismo	85
	Educação Etnorracial	75
CARGA HORÁRIA TOTAL – DISCIPLINAS		3270
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		200
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3470

DISCIPLINAS OPTATIVAS			
Estudos Temáticos em História Antiga	60H	Estudos Temáticos em História da Amazônia	60H
Estudos Temáticos em História Medieval	60H	Estudos Temáticos em História e Ensino	60H
Estudos Temáticos em História Moderna	60H	Estudos Temáticos em Teoria e Metodologia da História	60H
Estudos Temáticos em História Contemporânea	60H	Tópicos especiais em História Social	60H
Estudos Temáticos em História da África	60H	Tópicos especiais em História Econômica	60H
Estudos Temáticos em História da América	60H	Tópicos especiais em História Política	60H
Estudos Temáticos em História do Brasil	60H	Tópicos especiais em História Cultural	60H

2.11 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Ementário e Bibliografia

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 75h

Período: 1º

Ementa: O pensamento filosófico sobre a sociedade, o conhecimento e a educação. A educação como prática fundamental da existência histórica – social cultural e política. A educação e os diferentes períodos históricos.

Bibliografia Básica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. 19ª edição. São Paul: Cortez, 1994.

PAVIANE, Jayme. *Problemas de Filosofia da Educação*. 5ª Ed. Petrópolis, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação?* SP: Brasiliense, 2006

Bibliografia Complementar:

GILES, Thomas Ransom, *Filosofia da Educação*. São Paulo: EPU, 1983.

GUIRALDELI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Ática, 2006.

MÉZÁROS, István. *A crise do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009

MÉZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LIBRAS

Carga horária: 75h

Período: 1º

Ementa: Discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Decreto nº 5626/05. Noções básicas de comunicação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

_____. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (LIBRAS). Brasília, 2005.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol.1.

Bibliografia Complementar

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 2

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 3

LOPES, Maura Corcini. *Surdez e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva*. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM

Carga Horária: 75h

Período: 1º

Ementa: A psicologia como estudo científico. A Psicologia aplicada à Educação e seu papel na formação do professor. As correntes psicológicas que abordam a evolução da Psicologia da Educação. A contribuição das teorias do desenvolvimento e aprendizagem ao processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

BARROS, Célia Silva Guimarães. *Pontos de Psicologia do desenvolvimento*. 12.ed. São Paulo, Ática, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO. Odair & TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi, *Psicologia – Uma introdução ao estudo de PSICOLOGIA*. 13ª ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 1999.

GOULART, Íris Barbosa. *Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica*. Petrópolis. Vozes, 1987.

Bibliografia Complementar:

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma. *Psicologia na Educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA. May Guimarães. *Psicologia Educacional: Análise Crítica*. São Paulo. Cortez, 1987.

CÓRIA - SABINI, Maria Aparecida. *Psicologia do Desenvolvimento*. 2ª. ÁTICA, 2007

MACIEL, Ira Maria (Organizadora) *Psicologia e Educação: Novos Caminhos para Formação*. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *VYGOTSKY: Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. 4.ed. São Paulo, Scipione, 2003.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

Carga Horária: 60h

Período: 1º

Ementa: Apresentação e discussão das origens da historiografia. Introdução às principais categorias conceituais que estruturam o conhecimento histórico em sua gênese. Reflexão sobre os conceitos fundamentais que envolvem a pesquisa histórica, as fontes, a narrativa e a consciência histórica. Introdução à discussão sobre a historiografia, o lugar político e social do historiador, os desafios da ciência histórica e de sua consolidação enquanto referência e guardião do humanismo, e, por conseguinte, dos direitos humanos.

Bibliografia Básica

HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: M. Claret, 2002.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

POLÍBIO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

Bibliografia Complementar

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Europa-América, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PLATÃO. Fedro. Belém: Ed. ufpa, 2011.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HISTÓRIA ANTIGA

Carga horária: 85h

Período: 1º

Ementa:

Curso introdutório ao estudo da Antiguidade através da análise das sociedades da Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma, dando destaque para o mar Mediterrâneo como espaço de trocas diversas entre diferentes povos. O curso propõe uma leitura crítica da historiografia acerca da Antiguidade, apresentando os principais acúmulos e caminhos de renovação nas pesquisas sobre o mundo antigo.

Bibliografia básica:

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1968.

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990.

ROSTOVITZ, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

VERCOUTTER, Jean. *O Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Difel, 1996.

Bibliografia complementar

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *Sólon de Atenas: a cidadania antiga*. São Paulo: EdUSP, 1999.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da história antiga*. São Paulo: Verbo, 1979.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: UnB, 1982.

PINSK, Jaime. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 1991.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Carga horária: 85h

Período: 1º

Ementa:

Dinâmica da pesquisa científica. O polo epistemológico. Referenciais teóricos e metodológicos. Dimensões da pesquisa empírica. Plataformas de pesquisa na rede mundial de computadores. Recorte do objeto. Construção de hipóteses e objetivos. Opções metodológicas. Elaboração e desenvolvimento do Projeto de Pesquisa. Crítica e análise de documentos. Exercícios de leituras teóricas.

Bibliografia básica:

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2008, 4ª edição).

LOUREIRO, Amílcar Bruno Soares. *Guia para elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas*. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Ass. Poética, 1996.

AZEVEDO, Israel Belo de. *O Prazer da Produção Científica: Diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 5ed. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos*. 5ed. São Paulo: Atlas, 2001, 220p.

SANTOS, Antonio Raimundos dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Carga Horária: 75h

Período: 2º

Ementa: O estado, o direito e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, José Carlos et. al. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como Política Pública*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). *Política educacional: impasses e alternativa*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
_____ LDB de 1996.

FREITAG, Bárbara. *Escola estado e sociedade*. São Paulo: Centauro, 2005.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeno de Freitas. 45 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil hoje*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SEVERINO, A J. *Os embates de cidadania: ensaios de uma abordagem filosófica da nova LDB*. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). *LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo: Cortez, 2008.

DIDÁTICA

Período: 2º

Carga Horária: 60h

Ementa: O papel da Didática na formação e identidade docente. O cotidiano escolar, a ação docente e o projeto político pedagógico. Tendências da prática escolar. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo. O planejamento e a organização do processo de ensino-aprendizagem e a avaliação. O contexto da prática pedagógica e a dinâmica da sala de aula. A vivência e o aperfeiçoamento da didática na sala de

aula. A construção de uma proposta pedagógica para o ensino das disciplinas História nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Michelli Eliane. *A educação nos novos cenários econômicos e produtivos*. In: *Revista Pátio*. Ano 4, número 13, jun/ago 2012.

BASEGIO, Leandro Jesus & MEDEIROS, Renato da Luz. *Fundamentos teóricos e metodológicos das Ciências Humanas*. Curitiba: Ibpex, 2008.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. *Saberes docentes e autonomia dos professores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar

BUSQUETS, Maria Dolors et all. *Temas transversais em educação*. São Paulo: Ática, 2000.

CANDAU, Vera Maria. *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FAZENDA, Ivani. *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Cortez, 2000.

GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo: Loiola, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Técnicas de ensino: Por que não?* Campinas: Papirus, 2000.

TEORIA DA HISTÓRIA I

Carga Horária: 60h

Período: 2º

Ementa: Reflexão sobre o conhecimento histórico; análise de sua especificidade; investigação de seus procedimentos metodológicos; discussão dos temas e problemas clássicos da teoria da história: Verdade Histórica, Evento, Documento, Duração, Narrativa, Temporalidade, Memória, Liberdade, Razão, Tolerância Religiosa e Justiça.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Edipro, 2009.

COSTA, Lorena Lopes. *Dos ventos: história, crítica literária e linguagem em Grande Sertão: Veredas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: M. Claret, 2002.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: M. Fontes, 2009.

NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. São Paulo: Nova cultural, 1987.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

Bibliografia Complementar:

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1986.

FOUCAULT. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2013.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

HISTÓRIA MEDIEVAL

Carga horária: 85h

Período: 2º

Ementa:

O curso propõe o estudo dos processos de transformação social, econômica, cultural e política que tiveram lugar no Ocidente no período compreendido, especialmente, entre os séculos V e XV. A proposta pauta-se na leitura crítica da historiografia acerca do recorte, problematizando os marcos cronológicos e a própria construção do conceito de Idade Média. O curso discute o processo de fragmentação das antigas estruturas políticas e sociais do Império Romano e a formação da sociedade medieval, passando pela estruturação das relações feudais na Idade Média Central, assim como pelas transformações da Baixa Idade Média, pensadas principalmente em torno da cidade medieval e do fortalecimento do poder régio. Por fim, abordam-se as principais perspectivas para o ensino e a pesquisa do medievo a partir da produção nacional.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. *A Sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1989.

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1970.

Bibliografia Complementar

BLOCKMANS, Wim & HOPPENBROUWERS, Peter. *Introdução à Europa Medieval (300-1550)*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1968.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da História Medieval*. São Paulo: Verbo, 1979.

PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SWEZZY, Paul et al. *A Transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Carga Horária: 60h

Período: 2º

Ementa: Origens e teorias clássicas da Antropologia. Antropologia e História nos séculos XIX e XX. Temas de estudo transversais entre Antropologia e História: religião/magia, tempo, espaço e organização social. O interpretativismo antropológico. As relações de fronteira entre Antropologia e História. Antropologia e Amazônia.

Bibliografia Básica:

LA PLANTINE, François. *Aprender antropologia*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo/Brasília: UNESP/Paralelo 15, 1998.

Bibliografia Complementar:

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas*. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1976.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montcaillou, povoado occitânico: 1294-1324*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA I

Carga horária: 75h

Período: 3º

Ementa:

As relações entre saber acadêmico e saber escolar, sendo este último compreendido como saber configurado pelas especificidades da cultura escolar. Ensino de história e consciência histórica. Currículo oficial e currículo real. Livro didático e ensino de História: identidades e subjetividades. Renovação do ensino de História em sala de aula.

Bibliografia básica:

ABREU & SOIHET (Orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas*. Campinas, Alínea, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

Bibliografia Complementar:

CABRINI, Conceição (Org.) *O ensino de história: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CERRI, Luís Fernando. *Ensino de História e consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. P. 19-55

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ROCHA, MAGALHÃES & GONTIJO (Orgs.) *O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SILVA, Marcos & FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papirus, 2007.

TEORIA DA HISTÓRIA II

Carga Horária: 60h

Período: 3º

Ementa: Reflexão e discussão dos temas e problemas da teoria da História a partir das principais vertentes historiográficas, bem como através da comparação das respostas que essas vertentes apresentaram para questões parecidas. Investigação do desafio historiográfico a partir de conceitos, instrumentos, territórios de trabalho e fronteiras epistemológicas. Reflexão sobre temas específicos, tais como: a crise da razão, a narrativa, memória, representação, história da mulher, do gênero e da sexualidade, patrimônio e presentismo.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. RJ: Forense Universitária, 2015.

CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nouvelle Histoire*. São Paulo: Ensaio, 1992.

HALBAWACHS, M. Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PLATÃO. *Fedro*. Belém: Ed. UFPA, 2011.

PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

- BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BURKE, Peter. A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- FAUSTO, Boris. Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas. Ed. Autores Associados, 2006.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

HISTÓRIA MODERNA

Carga Horária: 85h

Período: 3º

Ementa: O conceito de História Moderna. A “ruptura” com o feudalismo. A expansão ultramarina europeia e a economia-mundo. O Estado Moderno e o Absolutismo. A sociedade estamental do Antigo Regime. As reformas religiosas. A renascença, o humanismo e a cultura popular na Idade Moderna.

Bibliografia Básica

- ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) *História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa: 1500-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Bibliografia complementar

- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BURKE, P. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- FALCON, Francisco José. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA II

Carga Horária: 75h

Período: 4º

Ementa: As diferentes linguagens no ensino de história; Documentos escritos (jornal, literatura, documentos oficiais) e documentos não escritos (imagens, cinema, documentários, música e objetos de museus). Diversidade de temas no ensino de história: biografias, gênero, cultura, alimentação, meio ambiente.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

FONSECA, Selva. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KARNAL, Leandro (org.). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Marcos (org.). *História: que ensino é esse?* Campinas: Papirus, 2013.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia Maria. Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história. *Cad. Cedes*, Campinas, Vol. 25, p.309-317, set/dez. 2005.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. Coleção Repensando o Ensino. Editora Contexto (editora Pinsky Ltda) São Paulo.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHMIDT, Maria Aparecida; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Marcos A; FONSECA, Selva G. Ensino de História hoje: Errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33, 2010, p. 31.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Carga horária: 85h

Período: 4º

Ementa: Conceito de Historiografia; A Escrita da História do Brasil. Historiografia e projetos de construção da nacionalidade; Os espaços institucionais e os arquivos públicos e privados; Implantação, no Brasil, dos cursos de História e consequentes avanços historiográficos; Principais autores, diálogos e perspectivas interpretativas sobre o Brasil; Produção e debates atuais na Historiografia Brasileira.

Bibliografia Básica

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Capítulo 7. 169-188.

Bibliografia Complementar

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BLAJ, Ilana. *O marxismo na historiografia brasileira: um olhar inovador*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996.

MARTIUS, Carl F. P. von (1794-1868). “Como se deve escrever a História do Brasil – Dissertação oferecida Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Rio de Janeiro: RIHGB, 1953, v. 219.pp. 187-205.<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso: 23/02/2011).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

VARNHAGEN, Francisco de Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 6ª ed, s/d.

HISTÓRIA DO BRASIL I

Carga horária: 85h

Período: 4º

Ementa: Problemas teórico-metodológicos na historiografia do Brasil Colonial. Ocupação e povoamento indígena antes da chegada dos europeus. A ocupação luso-brasileira na América Portuguesa. Trabalho, escravidão, relações econômicas, política e cultura na sociedade colonial até a independência do Brasil. Religião e religiosidade no Brasil colônia.

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Bibliografia Complementar

FRAGROSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: 1443-1580*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FRAGROSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: 1580-1720*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGROSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: 1720-1821*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2005 [1979], 8ª ed.

ABREU, J, Capistrano. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed.UnB, 1982.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA I

Carga Horária: 100 h

Período: 5º

Ementa: Concepções gerais sobre estágio, formação de professores e a relação entre ensino e pesquisa no ensino Fundamental. A pesquisa no ensino de História no cotidiano escolar: objetivos, fontes e metodologias. Observação da escola campo do estágio e do trabalho docente. Elaboração de projetos de pesquisa voltados às problemáticas do ensino Fundamental. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas. Conhecimento e caracterização da escola campo de estágio.

Bibliografia Básica:

- BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- HERNANDEZ, Leia Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- NIKITIUK, Sônia L. *Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Marcos A; FONSECA, Selva G. Ensino de História hoje: Errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33, 2010, p. 31.
- WITTMANN, Luisa Tombini (org.). *Ensino d(e) História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Carga horária: 85h

Período: 5º

Ementa:

Revolução Industrial e a reconfiguração dos mundos do trabalho; a Revolução Francesa: historiografia, fluxos e contra fluxos, cidadania e o Estado liberal; deslocamento humano e as transformações na cidade e no campo ao longo do século XIX; família, vida privada e o modelo de vida burguês; Imperialismo, colonialismo e o acirramento das tensões mundiais até a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Bibliografia básica:

HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

REMOND, René. *Introdução a História do nosso tempo*. São Paulo: Cultix, 1986.

Bibliografia Complementar:

BRUNSCHWING, Henri. *A partilha da África*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

COBBAN, Alfred. *A interpretação social da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Biotempo, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

HISTÓRIA DO BRASIL II

Carga Horária: 85h

Período: 5º

Ementa: Problemas teórico-metodológicos na historiografia do Brasil Imperial. A transferência da família real portuguesa para o Brasil e as transformações no Império Português. O processo de emancipação política: constituição, cidadania e contestações. Os desdobramentos da formação do Estado Nacional. O período regencial e as tensões políticas. A organização política, social e econômica do Brasil oitocentista. O tráfico negreiro, abolicionismo e trabalho livre. Brasil e relações internacionais. As festas e festividades no Império do Brasil.

Bibliografia Básica:

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “*A interiorização da metrópole*” in: Interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org). *O Brasil monárquico*, São Paulo, Difel, Coleção História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes, 1976.

Bibliografia Complementar

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580). 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MORAIS, Evaristo. *A Campanha Abolicionista, 1879-1888*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1986.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PEIXOTO, Antônio Carlos [et.al]. *O liberalismo no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA I

Carga Horária: 85h

Período: 5º

Ementa: Primeiros contatos dos europeus com o universo amazônico. Estruturação e avanço da ocupação luso-brasileira. Configurações econômicas, sociais e políticas na Amazônia colonial. Mundos do trabalho, antes e depois do período pombalino. Conflitos e negociações em torno da adesão do Pará à Independência. Cabanagem.

Bibliografia Básica:

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açáí, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: EDUA / FAPEAM, 2012.

Bibliografia Complementar:

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012.

CHIAVENATO, J.J. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 2007.

GOMES, Flávio & PRIORE, Mary del (orgs.). *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano. Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2012.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA II

Carga Horária: 100 h

Período: 6º

Ementa: Análise e aplicação das teorias de aprendizagem para o ensino de História no ensino fundamental. Orientação para aplicação e avaliação das atividades em sala de aula. Orientação para a prática docente. Planejamento e experiência de regência de aula no ensino Fundamental. Relatório e avaliação de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antônio Flavio B. (org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas-SP: Papyrus, 1997.

ROCHA, Ubiratan. *História, Currículo e cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas-SP: Papyrus, 2007.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MOREIRA, Antônio Flavio B. (org.). *Currículo: política e práticas*. Campinas-SP: Papirus, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Carga horária: 85h

Período: 6º

Ementa:

A Revolução Russa de 1917 em meio ao contexto da Primeira Guerra Mundial; o Entre Guerras: a Crise da Bolsa de Nova Iorque e o colapso econômico em 1929, ideologia ultraconservadora e acirramento político; a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto; Guerra Fria e o mundo bipartido entre capitalismo e comunismo; Tensões no Oriente Médio: o conflito entre palestinos e israelenses, a crise do petróleo e as relações entre “árabes” e o Ocidente; Fim da URSS: a luta pelas independências e nacionalismos no antigo bloco; a Nova Ordem Mundial.

Bibliografia básica:

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

REMOND, René. *O século XX*. São Paulo: Cultix, 1986.

Bibliografia Complementar:

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KARNAL, Leandro (Org.) *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2013.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HISTÓRIA DO BRASIL III

Carga horária: 85h

Período curricular: 7º

Ementa: Problemas teórico-metodológicos na historiografia da crise do Império e de ascensão republicana. Crise imperial e republicanismo. Proclamação da República e construção do Estado republicano. Constituição de 1891: novos horizontes de cidadania; Transformações econômicas e sociais Primeira República; Movimentos religiosos. Revoltas urbanas, movimentos culturais do início do século XX; Revolução de 1930, Getúlio Vargas e o Estado Novo. O governo de Eurico Gaspar Dutra; o segundo governo de Getúlio Vargas; o governo de Juscelino Kubitschek: economia, política e cultura; os governos de Janio Quadros e de João Goulart e o contexto pré-Golpe: economia, política e cultura; o Golpe civil militar de 1964: debate historiográfico; regime militar; o Brasil no contexto de redemocratização; o Brasil democrático de Collor a Lula.

Bibliografia básica

AQUINO, Maria Aparecida de. *Brasil: 1964-2014 – uma comemoração possível*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem.

COSTA, Lucia Cortes da. *O Governo FHC e a reforma do Estado brasileiro*. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 11, n.17, p. 49-80, 2000

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4.

Bibliografia complementar

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados. Escritos de História e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botiquim*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil [volume] 3: República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA II

Carga Horária: 85h

Período: 6º

Ementa: Escravidão negra no século XIX. Economia da borracha e outras facetas econômicas da Amazônia oitocentista. Os ideais de civilização e modernidade na Amazônia no século XIX. Modernismo na Amazônia. Catolicismo, pajelança e religiões afro-brasileiras. A Revolução Constitucionalista no Pará. As cidades e os soldados da borracha. Os “grandes projetos” na Amazônia (segunda metade do século XX). A Ditadura militar e a Guerrilha do Araguaia. A história do tempo presente amazônico: questões e debates diversos.

Bibliografia Básica

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 1. ed. Belém: Açáí/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.

Bibliografia Complementar

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2008.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. *1932. A Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas: contexto, revolta e produção do silêncio*. Belém: Paka-Tatu, 2013.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA)/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA III

Carga Horária: 100 h

Período: 7º

Ementa: Discussão das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Observação da escola campo do estágio e do trabalho docente. Conhecimento e caracterização da escola campo de estágio. O Ensino de História através da elaboração de projetos de ensino: possibilidades e métodos. Relatório e avaliação de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli. (org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas-SP: Papirus, 2012.

CERRI, Luiz Fernando. *Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM*. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004, p. 213-231.

MAGALHÃES, Marcelo. et. al. (org.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Parte IV. Ciências Humanas e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas-SP: Papirus, 2007.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Apontamentos para pensar o ensino de história hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor*. Revista Tempo, V. 11, nº 21, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Carga Horária: 60h

Período: 7º

Ementa: Método(s) de pesquisa em História. Documentos históricos: tipos, significados e usos. Paradigmas historiográficos orientadores da pesquisa histórica no alvorecer do século XXI. Elaboração do projeto de pesquisa para o TCC.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D' Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al (orgs). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SAMARA, Eni Mesquita & TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HISTÓRIA DA ÁFRICA I

Carga Horária: 85h

Período: 7º

Ementa: A escrita da História e a História da África; África antiga e medieval; Política e cultura na África saariana e o Islamismo em África; A modernidade e África. Escravidão como instituição africana. História Atlântica. Comércio trans/intercontinental: conflitos escravistas. Desarticulação do tráfico de escravos. África e Ensino de História.

Bibliografia Básica:

FAGE, J. D. *A evolução da historiografia da África*. In: História Geral da África I. Metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980.

HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula – visita à história contemporânea*. 2ª Ed., São Paulo, Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. “Introdução”. In: História Geral da África. Vol I. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1980.

Bibliografia Complementar:

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

GRIMAL, Nicolas. *História do Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra. História e civilizações*. São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (orgs). *Adinkra: sabedoria em símbolos africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Carga horária: 85h

Período: 7º

Ementa: O curso analisa o processo de conquista e colonização da América, enfatizando as relações entre ameríndios e europeus e as profundas transformações que ocorreram nas diversas regiões que compunham o espaço americano entre os séculos XVI e XVIII. A disciplina discute a historiografia que se debruça sobre a América Hispânica e América Inglesa, a fim de compreender as guerras de conquista, o processo de colonização e seus limites frente à resistência das sociedades locais, bem como, a organização política e econômica produzida no universo colonial.

Bibliografia Básica

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina Colonial. Vol II*. 2ª Ed. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América no novo mundo: a escravidão no novo mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMINELLI, Ronald. *A Era das conquistas: A América Espanhola, séculos XVI, XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

STEIN, Stanley J; STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Trad. José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 4ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Cecília Azevedo; RAMINELLI, Ronald (Orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol I. 2ª Ed. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CORTEZ, Hernan. *A conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Laura Mello e. *Demonologia e Colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. 1ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HISTÓRIA DA ÁFRICA II

Carga Horária: 85h

Período: 8º

Ementa: Historiografia Geral do continente africano no final do século XIX e século XX. Colonialismo, imperialismo e assimilação. Cultura e etnocentrismo. Movimentos de independência e construção da nação. Pós-colonialismo, nação e literatura. PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa); África Contemporânea e Ensino de História: técnicas, métodos e possibilidades para o Ensino de História.

Bibliografia Básica:

APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula – visita à história contemporânea*. 2ª Ed., São Paulo, Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África*. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1980.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Valentin. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editores, 1977.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas*. Rio de Janeiro, Vega, 1999.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. Tradução de Sinval Freitas Medina. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998.

TCC EM HISTÓRIA I

Período: 8º

Carga horária: 60h

Ementa: Pesquisa como processo. Pesquisa em Ciências humanas. Tipos de pesquisa. Processo científico de investigação. Noções elementares de coleta de dados. Elaboração do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1991.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Pesquisa participante*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1992.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina de A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA IV

Carga Horária: 100 h

Período: 9º

Ementa: Orientação para a prática docente no Ensino Médio. Elaboração de projeto de ensino e planejamento de aulas. Observação, participação e regência de classe no Ensino Médio. Organização de relatório final de estágio.

Bibliografia Básica:

CERRI, Luiz Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Apontamentos para pensar o ensino de história hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor*. Revista Tempo, V. 11, nº 21, 2007. P. 49-64.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Parte IV. Ciências Humanas e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

KARNAL, Leandro (org). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime (org). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012.

HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Carga horária: 85h

Período: 8º

Ementa: O curso analisa as transformações que ocorreram na América a partir dos processos de independência, enfatizando a construção dos estados nacionais e a formulação de suas identidades. Serão discutidas questões como o surgimento de governos populares nos anos 1930-1950, dos regimes civis militares que se espalharam pela latino América, bem como, os movimentos revolucionários e sociais que impactaram a região na segunda metade do século XX.

Bibliografia básica:

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011.

JAMES, Cyril. L.R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*; Trad. Afonso Teixeira Filho. 1ª Ed. Ver. São Paulo: Boitempo, 2010.

IMBIRIBA MITSCHERIN, Maria de Nazaré Oliveira (Orgs). *O futuro da democracia na América Latina: Movimentos sociais. Movimentos políticos*. Belém: EDUFPA/Governo do Estado do Pará, 2008.

GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Cecília Azevedo; RAMINELLI, Ronald (Orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

DUSSEL, Enrique D. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. Tradução: Luis João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1981-1983

EISENBERG, Peter L. *Guerra Civil Americana*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO, Maria Lígia C. PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *América Latina: História e Presente*. Campinas: Papirus, 2004.

ROLLEMBERG, Denise; VIZ QUADRAT, Samantha. *A construção Social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SEMINÁRIOS INTEGRADORES

Carga Horária: 25h

Período: 8º

Ementa: A atmosfera, a Terra e seus ambientes: formações e interações. Clima Global e Local. Biosfera, Biomas e Biodiversidade Amazônica. Interações Aquático-Florestais e Conservação de Bacias Hidrográficas. Sociedades e Culturas Amazônicas. Fundamentos de Planejamento e Gestão. Gestão territorial das cidades. Ética, sociedade e cidadania. Legislação e proteção da diversidade ambiental e cultural. Educação Saúde e Meio Ambiente. Educação Ambiental.

Bibliografia Básica

ALBERTS, Bruce; BRAY, Dennis; LEWIS, Julian; RAFF, Martin; ROBERTS Keith; Watson, JAMES D. 1997. *Biologia Molecular da Célula*. Editora Artes Médicas. 5ª Ed. Porto Alegre, 2009.

AYOADE, J, O. *Introdução à Climatologia para os Trópicos*. 2ª edição.1988.

BATISTELLA, M., MORAN, E.F., ALVES, D.S. *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo: Edusp, 2008.

Bibliografia Complementar

ALBAGLY, S. “*Informação para o desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI*”. *Ciência da Informação*, 1995.

ARAUJO, Ronaldo Lima; Gomes, Socorro. *Amazônia: trabalho escravo, conflitos de terra e reforma agrária*. São Paulo: Revista Princípios, 2007.

COFFIN, M. *Alterações Climáticas – Registros nas Rochas*. *Ciência da Terra para a Sociedade*. 2007.

DAWKINS, Richard. *O Gene Egoísta*. Editora Companhia das Letras. pg: 59-60. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

TCC EM HISTÓRIA II

Período: 9º

Carga Horária: 60h

Ementa: Métodos e técnicas de pesquisa. Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC). Elementos formais e metodológicos de pesquisa. Condução da pesquisa e comunicação dos seus resultados.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CARVALHO, M. C. *Construindo o Saber: metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas*. 14. ed., Campinas: Papirus, 2003.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de *A Metodologia do Trabalho Científico*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Pesquisa como princípio educativo*. São Paulo: Cortez Editores, 2002.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do Saber Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Bibliografia Complementar

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez Editores, 2000.

CRUZ, C. & RIBEIRO, U. *Metodologia Científica: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Axel Books do Brasil, 2003.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2002.

INÁCIO FILHO, G. *A monografia no Curso de Graduação*. Uberlândia: Edufu, 1992.

JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

Carga horária: 85h

Período: 9º

Ementa:

A disciplina analisa a formação do Indigenismo como campo de investigação histórica e a história indígena. Discutindo questões centrais que marcaram o contato e as relações entre nativos do Novo Mundo e europeus que compreendem: a legislação, a tutela, as relações de trabalho e de exploração, as formas de mestiçagem e resistência, e o território. Contempla-se, a historiografia e os conceitos que se ocupam do tema, e os indígenas como sujeitos de ação e protagonistas do processo histórico.

Bibliografia básica:

- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2009.
- WITTMANN, Luisa Tombini (Org). *Ensino de história indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.9-24.
- MEIRA, Marcio (Org.). *Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: USP, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo FAPESP, 1994.
- ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da (Org.). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios 1910-1967*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria 1750-1850*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

Bibliografia Complementar

- ALBERT, Bruce; RAMOS Alcida Rita (Orgs). *Pacificando o branco*. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. *Das comissões telegráficas ao serviço de proteção ao índio: Rondon, o agente público e político*. Curitiba: CRV, 2013.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

EDUCAÇÃO ETNORACIAL

Carga horária: 75h

Período: 9º

Ementa: As matrizes discursivas sobre raça: história e conceitos. Raça, racismo e racialismo. O racismo, a escola e o livro didático. Trabalhar o racismo em sala de aula: estratégias de atuação e a legislação atual. História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. A presença negra na Amazônia e a cultura afro-amazônica. Educação Escolar Quilombola.

Bibliografia básica

ABREU, Hebe. MATTOS, Martha. *Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. In: Revista Estudos Históricos, 2008.

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araujo (orgs.) *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “*Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos*”. In: Revista Mal estar na Cultura. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS, 2010

Bibliografia Complementar

PEREIRA, Amilcar A. e MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MATTOS, Hebe. “*O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil*.” In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “*Desigualdades raciais no Brasil*”. In HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão n° 807. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

PAIXÃO, Marcelo & CARVANO, Luiz M. (Orgs.) *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

2.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Núcleo de Atividades de Formação Complementar visa possibilitar ao aluno do Curso de Licenciatura Plena em História uma complementação de sua formação inicial, no âmbito do conhecimento de diferentes áreas do saber (de preferência as que dialoguem com a História).

Trata-se de atividades de caráter acadêmico (pesquisa, ensino e extensão), científico, técnico e cultural, escolhidas a critério do aluno, respeitando as diretrizes fixadas neste Projeto Pedagógico e acompanhadas pelo Colegiado do Curso. Para sua integralização curricular, o aluno precisa cumprir o mínimo de 200 horas de Atividades Complementares ao longo do período em que estiver matriculado no curso, conforme disciplinado pela Resolução CNE/CP nº 2/2002, a qual institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e na Instrução Normativa nº 02, de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre as atividades complementares dos estudantes do Instituto de Ciências da Educação da Ufopa.

O objetivo principal das Atividades Complementares é constituir um espaço privilegiado de exercício de autonomia para o aluno compor seu currículo, estimulando, assim, a tomada de decisões próprias no que refere às habilidades e competências específicas que o estudante entenda serem úteis para o seu futuro desempenho profissional como professor de História. Assim, abre-se um leque amplo de possibilidades de escolha nesta direção. Secundariamente, as Atividades Complementares visam estimular a participação do estudante em diversas esferas da vida universitária, passando pela representação estudantil, pela pesquisa, pela extensão e pelo ensino, bem como objetivam fomentar o interesse pela articulação de sua formação intelectual com as múltiplas possibilidades de sua inserção nos ambientes interno e externo à Universidade.

Embora as possíveis escolhas sejam variadas, não será permitido que o estudante cumpra as 200 horas obrigatórias de Atividades Complementares com o desenvolvimento de uma única atividade. Esse dispositivo é garantido com o estabelecimento de carga horária limite para algumas atividades a serem aproveitadas na integralização deste Núcleo de Formação. A limitação, contudo, é suficientemente flexível para possibilitar ao aluno o direcionamento das atividades complementares para o caminho que lhe parecer mais promissor. Dentro dessa carga horária, portanto, o aluno deverá realizar, obrigatoriamente, pelo menos 5 tipos diferentes de atividades com carga horária mínima de 4 horas-aula, nas seguintes modalidades:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Carga Horária Máxima
Atividades de ensino, pesquisa, extensão e Representação estudantil	
Representação estudantil	60 (30 horas/ano)
Atividades de pesquisa com e/ou sem bolsa	100 (50 horas/ano)
Atividades de extensão com e/ou sem bolsa	100 (50 horas/ano)
Monitoria em disciplinas de graduação	80 (40 horas/semestre)
Monitorias ou estágio em ambientes acadêmicos do Programa de Ciências Humanas e em outras unidades da Ufopa	80 (40 horas/semestre)
Realização de trabalhos (sem remuneração) voltados à educação e/ou alfabetização de jovens e adultos (sujeitos à aprovação do colegiado)	120
Realização de trabalhos voltados à promoção do exercício da cidadania (sujeitos à aprovação do colegiado)	60
Atividades de caráter científico e de divulgação científica	
Participação, como ouvinte, em mini-cursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, simpósios, seminários, palestras e outros similares	100
Apresentação de comunicações ou pôsteres em eventos científicos	80 (20 horas/comunicação ou pôster)
Publicação de resumos e trabalhos completos em anais de eventos científicos	80 (30 horas/publicação)
Publicação de artigos em periódicos científicos com ISSN e conselho editorial e/ou periódicos de caráter não acadêmico (jornais, revistas, etc.)	90 (30 horas/publicação)
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de material informacional (divulgação científica) ou didático (livros, CD-ROMs, vídeos, exposições e outros)	80 (20 horas/material)
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, guias ou catálogos de acervos de memória e/ou exposições	80 (20 horas/material)
Organização ou participação na organização de eventos científicos	60
Atividades de caráter artístico e cultural	
Produção ou participação na produção de objetos artísticos, como vídeos, artes plásticas, literaturas, músicas e outros (sujeitos à aprovação do colegiado)	80 (20 horas/produção)

Participação em oficinas, cursos ou mini-cursos relacionados a manifestações artísticas e culturais em geral	60
Atividades de caráter técnico	
Visitas técnicas a museus, arquivos, centros de documentação e outras instituições voltadas à memória histórica, cultural ou artística	30
Traduções de artigos, produção de resenhas, editoração, diagramação e revisão técnica de material publicado em periódicos acadêmicos com ISSN e política seletiva	60 (10 horas/material)
Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados ao aprendizado de técnicas úteis à profissão do professor/historiador e professor/geógrafo	60
Pesquisas de campo, relacionadas a projetos de pesquisa, extensão ou complementares a atividades de ensino que não sejam obrigatórias (sujeito à aprovação do colegiado)	40

2.13 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Os Estágios Supervisionados em História estão em conformidade com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio obrigatório de estudantes. O estágio escolar articula-se com o trabalho teórico na universidade e com as atividades de extensão. Os conhecimentos teóricos, específicos e pedagógicos, são associados às práticas. Atendendo às resoluções CNE/CP nº 1/2002 e 2/2002, o estágio se inicia a partir do 6º período, de modo que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho docente, permitindo, assim, um processo progressivo de aprendizado. Com base na Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada – são destinadas 400 (quatrocentas) horas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica.

O estágio é um conjunto de atividades de formação, realizado sob a supervisão de professores da Ufopa e por profissionais que levem o estudante experimentar situações de efetivo exercício docente. Tais atividades implicam na presença controlada e serão oferecidas em horários regulares, em turmas registradas e realizadas, prioritariamente, em unidades escolares do sistema de ensino da cidade de Santarém-PA.

A Ufopa possui convênios para a concessão de estágio na rede pública de ensino: 1) Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração – SEAD (com vigência até 12/2017); 2) Secretaria Municipal de Ensino, através de convênio com a prefeitura de Santarém (processo em andamento - PA nº 23204008530/2013/38). Além disso, também possui convênios para a concessão de estágio na rede privada de ensino: 1) Colégio Dom Amando (com vigência até 06/2019); 2) Colégio Santa Clara (com vigência até 06/2019).

Compreendem atividades de formação: 1) o debate previsto para as aulas de estágio nas dependências do ICED-Ufopa acerca da prática pedagógica na área do conhecimento; 2) a observação do contexto escolar nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor e alunos em sala de aula, como também em relação à infraestrutura, utilização de espaços, relações humanas no interior da escola e entre a escola e comunidade; 3) a regência, que permite ao aluno-estagiário ministrar aulas e desenvolver outras atividades sob orientação do professor da instituição concedente do estágio e supervisão do professor da Ufopa; 4) avaliação de visita, que objetiva fazer com que o aluno-estagiário, a partir da observação das atividades desenvolvidas em sala de aula, avalie as condições técnico-pedagógicas das atividades docentes da instituição cedente do estágio; 5) planejamento e realização de regências simuladas, possibilitando ao aluno o contato com a prática pedagógica a partir das leituras, elaboração de planos de aulas e materiais pedagógicos; 6) elaboração de relatório de estágio sob a forma de exposição escrita.

O estágio supervisionado, no curso de Licenciatura em História da Ufopa, objetiva possibilitar aos licenciandos estagiários:

I - a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho;

II - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;

III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação;

IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

O Curso de Licenciatura Plena em História, tem como carga horária para os estágios supervisionados, o total de 400 horas, distribuídas em quatro Componentes Curriculares: Estágio Supervisionado em História I (100 horas), Estágio Supervisionado em História II (100horas), Estágio Supervisionado em História III (de 100 horas) e Estágio Supervisionado em História IV (de 100 horas), a partir do 6º semestre do curso.

Os Estágios Supervisionados em História se estruturam do seguinte modo:

- Estágio Supervisionado em História I: de caráter teórico-prático, voltado para a prática em pesquisa educacional no Ensino Fundamental;
- Estágio Supervisionado em História II: de caráter teórico-prático, voltado para a prática docente no Ensino Fundamental;
- Estágio Supervisionado em História III: de caráter teórico-prático, voltado para a prática em pesquisa educacional no Ensino Médio;
- Estágio Supervisionado em História IV: de caráter teórico-prático, voltado para a prática docente no Ensino Médio;

Todas essas etapas ocorrerão em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, com a Instrução Normativa nº 06 de 10 de novembro de 2010, que dispõe sobre o estágio de estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará-Ufopa, com a Instrução Normativa nº 01, de 12 de setembro de 2013, a qual dispõe sobre o estágio curricular obrigatório dos estudantes do Instituto de Ciências da Educação da Ufopa e, ainda, com a Resolução CNE/CP nº 02/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e a Resolução Nº 2/2015 do CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Será responsabilidade dos professores que ministrarem as referidas disciplinas orientar e supervisionar o estágio. Cabe destacar que as disciplinas de estágio estarão articuladas às disciplinas de Didática, Metodologia do Ensino de História I e II, de modo a fomentar ampla reflexão acerca do ensino de História na educação básica e instrumentalizar os alunos no sentido de intercruzarem a discussão teórica com o saber-fazer cotidiano do professor.

Importante destacar que a Ufopa está localizada numa região como forte presença de populações indígenas, inclusive com um número significativo de discentes em os cursos da universidade, em especial no Instituto de Ciências da Educação, responsável pela formação de professores. Nesse sentido, cabe apresentar um diálogo com a Resolução Nº 1, de 7 de janeiro

de 2015, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio”. Para esse público em específico, a resolução esclarece que:

Art. 14. O estágio supervisionado, concebido como tempo e espaço privilegiados de ação-reflexão-ação na formação de professores indígenas, deve ser extensivo a todos os formandos indígenas, incluindo aqueles que já desenvolvem trabalhos docentes no âmbito da Educação Básica.

Art. 15. Com vistas à garantia da qualidade socioeducativa e cultural da prática de ensino e do estágio supervisionado, é importante que as instituições formadoras observem as seguintes orientações:

I - os princípios da Educação Escolar Indígena e suas práticas de pesquisa são elementos centrais na organização de todas as atividades do processo formativo;

II - suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena; e

III - na apresentação de suas atividades finais, podem ser utilizados seminários, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias e outras linguagens ligadas às tecnologias da informação e da comunicação.

Parágrafo único. As instituições formadoras devem assumir a condução das atividades de estágio supervisionado como atos educativos de sua responsabilidade, criando diferentes estratégias de acompanhamento da prática de ensino e do estágio supervisionado, envolvendo os seus formadores, os professores indígenas em processo formativo, as comunidades indígenas e suas escolas.

Os princípios acima mencionados são elucidativos para se construir estratégias diferenciadas de realização dos estágios supervisionados, tendo como referência as escolas indígenas como campo de pesquisa e de regência da sala de aula.

2.14 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO básica

O estágio é um conjunto de atividades de formação realizadas sob a supervisão de professores da Ufopa e por profissionais das unidades de ensino da educação básica conveniadas que recebem os licenciandos, de modo a levar o estudante a experimentar situações de efetivo exercício docente, que inclui proposição, planejamento e preparação de atividades com o auxílio do professor regente e do professor supervisor do estágio, regência de pelo menos duas aulas, com a presença do professor regente e do professor supervisor do estágio (Ufopa), participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, bem como auxílio na avaliação de atividades, sempre supervisionado pelo professor regente. Tais atividades implicam em presença controlada e serão oferecidas em horários regulares, em turmas registradas e realizadas prioritariamente em unidades escolares do sistema de ensino da cidade de Santarém-PA. Os

convênios vigentes são com a Secretaria de Educação do estado do Pará e com a Secretaria Municipal de Ensino e com duas unidades de ensino da rede privada de ensino.

A Ufopa possui convênios para a concessão de estágio na rede pública de ensino: 1) Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração – SEAD (com vigência até 12/2017); 2) Secretaria Municipal de Ensino, através de convênio com a prefeitura de Santarém (processo em andamento - PA nº 23204008530/2013/38). Além disso, também possui convênios para a concessão de estágio na rede privada de ensino: 1) Colégio Dom Amando (com vigência até 06/2019); 2) Colégio Santa Clara (com vigência até 06/2019).

2.15 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO ENTRE LICENCIADOS, DOCENTES E SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O estágio escolar articula-se com o trabalho teórico na universidade e com as atividades de extensão. Os conhecimentos teóricos, específicos e pedagógicos, são associados às práticas. Atendendo as resoluções CNE/CP nºs 1/2002 e 2/2002, o estágio se inicia a partir do 6º período, de modo que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho docente, permitindo, assim, um processo progressivo de aprendizado. A formação dos licenciandos é de estrita responsabilidade da universidade (Ufopa) por meio do núcleo de estágio representado em *locus* pelo professor supervisor. As escolas da rede pública e privada conveniadas são responsáveis apenas por permitir a inserção do aluno no ambiente escolar de modo que este seja levado a experimentar situações de efetivo exercício docente, que inclui proposição, planejamento e preparação de atividades com o auxílio do professor regente e do professor supervisor do estágio, regência de pelo menos duas aulas, com a presença do professor regente e do professor supervisor do estágio (Ufopa), participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, bem como auxílio na avaliação de atividades, sempre com a autorização e na companhia do professor regente.

O Curso de Licenciatura em História, em consonância com o processo de formação docente, está articulado com o Núcleo de Estágio do Instituto de Ciências da Educação, formado por todos os professores que supervisionam os estágios nas licenciaturas desse Instituto e

administrada por um Coordenador, conforme a Instrução Normativa nº 01, de 12 de setembro de 2013/IDEC/UFOPA.

2.16 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

É de responsabilidade dos professores que ministram as disciplinas de Estágio orientarem e supervisionarem as atividades dos discentes. Cabe destacar, que os componentes de estágio estarão articulados aos de Didática e Metodologias do Ensino de História I e II, de modo a fomentar ampla reflexão acerca do ensino de História na educação básica e instrumentalizar os alunos no sentido de intercruzarem a discussão teórica com o saber-fazer cotidiano do professor.

O estágio supervisionado, no curso de Licenciatura em História da UFOPA, objetiva possibilitar aos licenciandos estagiários: a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho; a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho; proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação; desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

2.17 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória e, no caso deste curso, obedecerá ao disposto na Resolução nº 27, de 08 de outubro de 2013, que regulamenta a estrutura e o percurso acadêmico da Ufopa, e na Instrução Normativa nº 03, de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre as normas do TCC para os discentes do Instituto de Ciências da Educação da Ufopa, a Resolução nº 55, de 22 de julho de 2014, que dispõe sobre o Regimento Geral da Ufopa e a Resolução nº 177, de 20 de janeiro de 2017, que institui o Regimento de Graduação da Ufopa.

No Trabalho de Conclusão de Curso, o discente terá autonomia para definir um tema de estudo e deverá produzir uma monografia ou artigo científico, sistematizando o cabedal

teórico-conceitual e o instrumental metodológico necessário, sob a orientação de docente efetivo ou substituto da Ufopa, vinculado ao curso de História, com graduação, especialização, mestrado ou doutorado em História ou áreas afins, desde que com prévia autorização do Colegiado do Curso. Os temas dos TCCs deverão se enquadrar na área de História (conforme a Tabela de Áreas do Conhecimento - CNPQ).

Para realizar o TCC o aluno deverá percorrer três disciplinas na matriz curricular voltadas à elaboração da monografia, em três semestres consecutivos: Metodologia da História (60h), TCC em História I (60h) e TCC em História II (60h). Na primeira disciplina, sob a orientação de um ou dois docentes por turma, os discentes precisarão elaborar um pré-projeto de pesquisa na área de História. Em TCC em História I, a partir do pré-projeto e já trabalhando individualmente com seus orientadores, os discentes deverão produzir um Sumário Comentado Estendido da Monografia ou um Plano de Trabalho junto com um capítulo. Em TCC em História II o trabalho deverá ser finalizado e defendido. Destaca-se que todos os professores do curso terão lotação de carga horária na disciplina. Ademais, algumas áreas de interesse ficam prescritas neste texto:

Professores	Áreas de interesse
Prof. André Dionei Fonseca	<ul style="list-style-type: none"> -História Social -História Política -História do Brasil Republicano -Religião e religiosidades -Protestantismo -Pentecostalismo -Imprensa -Práticas de leitura -Regime militar
Prof. Diego Marinho de Gois	<ul style="list-style-type: none"> - História Oral - Cidade, modernidade - História e Espaço - Cotidiano das cidades - Transformações urbanas - História do Brasil República (primeiras décadas do séc. XX)

	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino de História - História da Educação - Indígenas na história - História Social.
Prof. Douglas Mota Xavier de Lima	<ul style="list-style-type: none"> -História Medieval e Moderna -História Política e História Social -Relações Internacionais e Diplomacia da Saúde -Cinema e História -Ensino de História: linguagens e materiais didáticos -Ensino de História Antiga e Medieval
Profa. Eveline Almeida de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> -História da América -História da América Latina -História indígena e do indigenismo -História intelectual -Biografia, Memória e escrita de si -Trajetória e sociabilidades -História da Amazônia -História do Brasil Imperial
Prof. Gefferson Ramos Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> Ensino de História História Moderna História do Brasil Colônia Movimentos sociais História indígena Resistência escrava História das rebeliões História social dos sertões

Prof. Gustavo Pinto de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> -História da África; -História do Brasil Imperial; -PALOPS; -História Atlântica -Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira -Educação Etnorracial (construção discursiva do negro ou identidades negras) -Colonialismo, Pos-colonialismo e decolonialidade -Discurso e discursividade.
Profa. Isabel Teresa Creão Augusto	<ul style="list-style-type: none"> -História da Amazônia e do Brasil (Séculos XIX e XX) -Imigração e ocupação do território amazônico -Família, domicílio e cultura material (da colônia à república) -Cotidiano e sociabilidades (cativas e livres) na Amazônia -Pesquisa com documentação oficial (executivo, legislativo e judiciário) -Cultura visual e escrita da Belle Époque -História e patrimônio (material e imaterial)
Profa. Lademe Correia de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> -Ensino de história -História intelectual -Biografia, Memória e escrita de si -História das cidades -História da Educação
Profa. Lorena Lopes da Costa	<ul style="list-style-type: none"> - Relações entre História e Ficção

	<ul style="list-style-type: none"> - Relações entre Memória e História - Mito e narrativas históricas - A escrita da História/ Giro linguístico - História da Literatura Brasileira - Historiografia Francesa - Grécia Antiga - História/ Historiadores na Antiguidade - Pensamento político e política na Grécia Antiga - Épica e Tragédias gregas - Recepção da Cultura Clássica - Usos do Passado
Prof. Luiz Carlos Laurindo Júnior	<ul style="list-style-type: none"> -História da Amazônia -História do Brasil no longo século XIX -História Atlântica e Global -História social e econômica -Escravidão negra nas Américas -Mundos do trabalho -Cidade, cotidiano e sociabilidades -Justiça e criminalidade
Profa. Vanice Siqueira de Melo	<ul style="list-style-type: none"> -História do Brasil Colonial -História da Amazônia Colonial -História Indígena e do Indigenismo -Povoamento e ocupação na Amazônia Colonial -Fronteiras, Paisagem, espaço e território -Cartografia Histórica

As defesas acontecerão em sessão pública, perante banca examinadora formada por pelo menos dois membros com formação específica no percurso escolhido pelo aluno, sendo um deles obrigatoriamente o orientador. A banca deverá ser proposta por este último, em acordo

com o orientando, composta por docentes da Ufopa ou externos à instituição. A avaliação da monografia levará em consideração: I. a coerência entre a problematização, a metodologia e a argumentação desenvolvida; II. a relevância do tema estudado e dos resultados obtidos com a pesquisa; III. a coesão e clareza da escrita; IV. a adequação ao Guia de Normalização de Produção Científica da Ufopa.

O discente que não puder se fazer presente no dia da defesa do TCC deverá fazer uma comunicação escrita e devidamente fundamentada ao seu orientador, em um prazo de, no mínimo, 24 horas antes do horário da defesa do seu trabalho, para que, junto com os demais membros da banca, o orientador possa tomar as medidas cabíveis. Terão validade as seguintes justificativas de não comparecimento à defesa pública, casos em que o discente (ou seu representante legal) deverá apresentar documento comprobatório que justifique sua ausência: doença infectocontagiosa; acidente grave; morte. Em casos omissos, caberá ao orientador, em consulta à coordenação do curso, deliberar as decisões cabíveis.

Em relação à formatação dos TCC ou artigos científicos os trabalhos deverão seguir as normas técnicas estipuladas pela Resolução n.187 de 23 de fevereiro de 2017 que versa sobre o Guia de Normalização de Produção Científica da Ufopa.

Caso aprovado pela banca examinadora, o discente precisará entregar na Gestão Acadêmica do ICED, no prazo de dez dias a contar da defesa, um exemplar digitalizado (no formato PDF, gravado em CD) e um exemplar impresso da versão final de seu TCC, os quais serão devidamente arquivados. O não cumprimento deste prazo ou a não defesa do trabalho antes da conclusão do curso poderá resultar em reprovação nas disciplinas TCC em História II, com a necessidade de posterior matrícula nas mesmas.

Por fim, vale ressaltar que as atribuições de todos os envolvidos no processo de produção e defesa da monografia (coordenação do curso, docente orientador, gestão administrativa e o próprio acadêmico), bem como outras questões não contempladas neste texto, estão especificadas na Instrução Normativa nº 03, de 12 de setembro de 2013, do ICED, acima citada.

A coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso ficará a cargo de uma Comissão, composta pelos professores orientadores e pela coordenação do curso que deverão acompanhar anualmente os TCCs, no que tange à organização de entrega das monografias e encaminhamento dos documentos finais, com atas e notas para a coordenação do curso. À coordenação de TCC, caberá:

- Verificar o número de inscritos aptos à defesa;

- Estabelecer calendário acadêmico relativo ao TCC (datas de entrega de TCC, defesa e acompanhamento da entrega da versão final do TCC);
- Receber e encaminhar todos os TCCs aos membros das bancas examinadoras.

2.18 APOIO AO DISCENTE

A política de atendimento aos estudantes da Ufopa tem como referência o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), executado no âmbito do Ministério da Educação, e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

A Proges foi criada com a missão de viabilizar a permanência dos acadêmicos da Ufopa, por meio do Pnaes. Entre as suas atribuições, estão a coordenação, fiscalização e a execução dos auxílios estudantis que a Universidade disponibiliza.

A assistência ao estudante na Ufopa é uma das ações que está diretamente relacionada ao cumprimento de seu objetivo estratégico de promover valores éticos e democráticos e inclusão social, pois auxilia de forma democrática e ética na superação das dificuldades de aprendizagem do discente no ambiente universitário e de inclusão social desde o seu ingresso. A assistência estudantil na Ufopa contempla os aspectos: assistência psicossociopedagógica; inclusão social; esporte e lazer; e diversidade sociocultural.

ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIOPEDAGÓGICA

A assistência psicossociopedagógica atua na assistência psicológica, social e pedagógica, diagnosticando deficiências que interfiram na integração de alunos à vida estudantil, com o objetivo de contribuir para a sua permanência, melhorar seu desempenho acadêmico, reduzir as taxas de evasão e promover a inclusão social na Universidade.

A assistência psicossociopedagógica se subdivide em:

a) Acompanhamento psicológico: São realizados atendimentos psicológicos, individuais e em grupos aos alunos que demandem esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e social, com o objetivo de acolhê-los nas suas dificuldades pessoais, pois estas podem afetar seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, suas relações interpessoais. Também tem por finalidade a prevenção, realizando intervenções com os alunos, objetivando evitar que dificuldades vivenciadas no campo pessoal possam afetar negativamente seu desempenho acadêmico e permanência na Universidade. O acompanhamento psicológico do aluno visa a possibilitar sua inclusão no ensino superior e favorecer seu crescimento pessoal e profissional na sociedade.

b) Acompanhamento social: Assistência aos alunos que estão em risco social, fortalecendo a qualidade de vida pessoal e familiar, visando ao bom desempenho acadêmico. Essas demandas poderão ser encaminhadas pelas Unidades Acadêmicas, por procura espontânea, apuração de denúncias, entrevistas e realização de visitas domiciliares aos estudantes e aos grupos familiares.

c) Acompanhamento pedagógico: Assistência pedagógica aos discentes por meio de atendimentos dos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem por fatores internos e externos; orientação aos estudantes em suas dúvidas e questões acadêmicas, apoiando seu desenvolvimento pleno; realização de ações que reduzam o déficit de conhecimento em áreas fundamentais para a continuidade dos estudos. Propõe-se, também, concretizar processos de orientação e acompanhamento de alunos que se encontram em dificuldades educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e de produção do discente na Universidade, por meio das seguintes ações:

- Programa de Facilitação da Aprendizagem (anteriormente chamado Monitoria de Aprendizagem).

- Orientação de estudos.

- Orientação profissional/vocacional.

- Projetos de integração de novos alunos, com o objetivo de preparar o estudante para enfrentar situações que afetarão diretamente seu desenvolvimento acadêmico, contribuindo para a sua adaptação e participação no contexto universitário e no novo ambiente educacional.

- Realização de treinamento programado com a utilização de oficinas pedagógicas, para desenvolvimento da inteligência e das funções cognitivas como: memória, percepção, concentração, atenção, habilidades de leitura e compreensão de textos e criatividade.

- Promoção de ciclo de conferências com ênfase no mercado de trabalho para estudantes concluintes.

INCLUSÃO SOCIAL

No âmbito das ações da política de assistência estudantil que visam à inclusão social, estão implantados na Ufopa os seguintes Programas: Permanência, Moradia, Emergencial, Inclusão Digital, Permanência Especial e Bolsa de Língua Estrangeira.

ESPORTE E LAZER

Tendo como eixo o projeto “Ufopa em Movimento”, as atividades esportivas e de lazer na Ufopa têm o intuito de, além de favorecer a inclusão social, proporcionar atividades

esportivas e/ou lúdicas, inclusive trazendo modalidades pouco ou nunca praticadas na nossa região ou na Universidade, tais como: badminton, corrida de orientação, futevôlei, jiu-jítsu, caratê, xadrez, canoagem, basquete de trio etc. Todas essas atividades estão sendo desenvolvidas em forma de oficinas, torneios, circuitos e campeonatos e fazem parte do projeto “Ufopa em movimento”.

Para viabilização das atividades, busca-se o estabelecimento de parcerias com outros setores da Universidade e com discentes do programa bolsa permanência que atuam como voluntários ou até mesmo como atletas, aumentando assim a sinergia e a colaboração entre a comunidade acadêmica.

Anualmente, ocorre uma competição esportiva, Os Jogos Internos da Ufopa, que tem o objetivo de promover a integração da comunidade acadêmica, proporcionando à sociedade em geral apreciar o maior evento poliesportivo amador da região Oeste do Pará, em termos de diversidade de modalidades disputadas, número de equipes e quantidade de atletas.

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL

A Ufopa afirma seu posicionamento no que concerne a ser uma instituição de políticas e práticas educacionais, de ensino, pesquisa e extensão, comprometidas com os referenciais históricos, culturais, com a produção e a difusão artística e cultural e a preservação da memória cultural, com base na prática, nas vivências e nos valores dos povos da Amazônia, principalmente no que concerne aos indígenas, quilombolas e às populações tradicionais.

A Ufopa implantou em 2014 a Diretoria de Ações Afirmativas e a Coordenação de Cidadania e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, cuja finalidade é promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Ufopa, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional, por meio de ações e de eventos internos e externos à Universidade.

Articuladas às atividades de assistência estudantil, a Proges busca garantir ações afirmativas por meio de palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes, debates, assim como de outras atividades voltadas para a preparação de estudantes indígenas e quilombolas, visando ao nivelamento de aprendizagem.

A Ufopa oferece ainda, serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo. Este setor é classificado como um Órgão

Suplementar, ainda ligado diretamente à reitoria, porém com o repasse das demandas aos setores competentes.

É possibilitado aos discentes bolsas de monitoria, de iniciação científica (PIBIC, PIBIT), bolsa de iniciação à docência (PIBID) e bolsa de extensão (PIBEX), cuja seleção de bolsistas ocorre por meio de edital específico, que levam em consideração principalmente o desempenho discente.

Em relação ao Curso, o discente possui livre acesso ao coordenador e direção do Instituto. Técnicos em Assuntos Educacionais lidam diretamente com os discentes, auxiliando os mesmos no cumprimento dos componentes curriculares, como matrícula, aproveitamento de estudos etc. Os discentes são assim acompanhados em conjunto e individualmente para que o curso seja conduzido adequadamente, evitando a evasão universitária.

2.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A História, como disciplina escolar, passou por uma série de transformações no que diz respeito aos métodos, conteúdos e finalidades acompanhando as mudanças no cenário educacional brasileiro e na sociedade de maneira geral. O modelo tradicional de ensino vem sendo amplamente criticado desde os anos de 1980, por colocar o aluno como mero receptor e o professor como o detentor do conteúdo, sem levar em consideração as representações cotidianas que os alunos trazem para a sala de aula e que influenciam no processo de ensino e aprendizagem. É importante compreender que discutir modelos de ensino de História requer pensar metodologias de ensino também. Assim, acompanhando as renovações teórico-metodológicas da História, ao longo dos últimos anos, tem se discutido, na área da metodologia do ensino de História, a utilização de diferentes fontes e linguagens no estudo dessa disciplina. A utilização de imagens, obras de ficção, imprensa, filmes, internet entre outros diferentes gêneros textuais passaram a ser objeto de pesquisas acadêmicas e também centrais no desenvolvimento de novas metodologias de ensino.

Esse processo de ampliação das fontes possibilita que o processo de ensino e aprendizagem da História torne-se algo dinâmico. Nesse contexto o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino de História tem crescido nos últimos anos, pois a sociedade em que os educandos estão inseridos tem experimentado um desenvolvimento tecnológico crescente. O professor torna-se o mediador nessa relação entre os alunos e suas representações, o mundo e o conhecimento. Diante dessa realidade, os currículos e também os

docentes apropriam-se desses avanços no intuito de renovar o ensino de História. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 135), as novas tecnologias da informação e comunicação “dizem respeito aos recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser os diferentes meios de comunicação (jornalismo impresso, rádio e televisão), os livros, os computadores etc (...). Os meios eletrônicos incluem as tecnologias mais tradicionais como rádio, televisão, gravação de áudio e vídeo, além de sistemas multimídias, redes telemáticas, robótica e outros”. Nesse sentido, a história ensinada na educação básica não pode ignorar as mudanças pelas quais passa a sociedade. Sabemos que o ensino de história visa à formação do aluno crítico e consciente de seu papel nas transformações sociais, econômicas e políticas, e os recursos tecnológicos contribuem grandemente para esse fim na medida em que fornecem meios para que os educandos estabeleçam um diálogo mais dinâmico entre conhecimento e realidade. Deve-se ressaltar que o trabalho pedagógico com as tecnologias da informação e comunicação deve dialogar com os conteúdos e metodologias adotados pelos professores, a fim de ampliar o horizonte de aprendizagem dos alunos. Além disso é importante não fazer um uso tradicional das TIC, mas explorar todas as possibilidades de inovação que essa ferramenta oferece para um ensino problematizador, participativo, atrativo e diferente dos modelos tradicionais.

Assim, é fundamental que na formação inicial e continuada, a utilização das tecnologias da informação e comunicação forneça aos professores subsídios para que possam repensar e aprimorar suas ações em sala de aula.

Durante as aulas ministradas pelos docentes do Curso História da Universidade Federal do Oeste do Pará são utilizados os equipamentos de Datashow, notebooks para auxílio no aprendizado dos discentes. A comunidade acadêmica possui acesso à rede Wi-Fi em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (rede acadêmica).

Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – o estudante pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento acadêmico, entre outros.

A partir da oferta dessas tecnologias pela Ufopa, as disciplinas do Núcleo de formação de práticas docentes e do Núcleo de formação em saberes em História e suas didáticas, sob diferentes enfoques, discutem o uso das TICs no ensino de História.

2.20 PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

2. 20.1 Avaliação do Curso e dos Docentes

A avaliação interna do curso é contínua e concentrada essencialmente em dois conjuntos de reuniões: as do NDE (das quais participa parte do corpo docente) e as do colegiado do curso (com todos os docentes vinculados ao curso e representantes técnicos e discentes). Nos dois casos as reuniões são mensais e contam com pontos de pauta que buscam avaliar a curto, médio e longo prazo diversas questões do curso, como: aperfeiçoamento e práticas de ensino/pesquisa do corpo docente e dos discentes, desenvolvidas no curso e externamente; desempenho dos discentes; cotidiano administrativo e acadêmico do curso; estrutura curricular; entre outras.

Algumas questões podem ser levadas para discussão no Conselho do ICED e outras são discutidas anualmente nas reuniões de avaliação e planejamento desta Unidade Acadêmica. Ocasionalmente, representantes da reitoria da universidade, das pró-reitorias e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufopa poderão ser convidados para reuniões com pautas específicas. Além disso, quando necessário, são organizadas assembleias com os discentes do curso para a discussão de questões pontuais.

Por outro lado, as avaliações externas à instituição também serão, quando for o caso (o curso ainda não passou por nenhuma avaliação do tipo), amplamente discutidas nas reuniões do NDE e do colegiado. Destacamos aqui o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) – e os relatórios das visitas *in loco* do MEC ao curso, capazes de suscitar amplo debate sobre a funcionalidade deste projeto pedagógico e o andamento do curso.

Por fim, visando à ininterrupta melhoria das mais diferentes facetas do curso, é prática consensual e comum entre os docentes a constante e rigorosa autoavaliação, seja no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão.

2.20.2 Avaliação do ensino-aprendizagem e coerência desse sistema avaliativo

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, entendida como parte integrante dos componentes de construção do conhecimento, tem como objetivo verificar o rendimento dos acadêmicos ao longo das disciplinas cursadas, que se dará de forma contínua, sistemática e

ampla, procurando identificar dificuldades na aprendizagem durante os conteúdos curriculares, para quando necessário, reorientar o ensino. Com essa finalidade toma como referência a Resolução UFOPA/CONSUN nº27/2013 da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A avaliação será realizada semestralmente, por período letivo, compreendendo a apuração das frequências às aulas (mínimo de 75%), atividades e aos trabalhos acadêmicos e a atribuição de notas aos alunos em avaliações parciais através de atividades acadêmicas. Nesse processo, cabe ao docente:

I - apresentar a sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino referendado em reunião semestral de planejamento da unidade, ou subunidade, responsável pelo componente curricular no semestre em curso.

II - discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem;

III - fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da Diretoria de Registro Acadêmico, da Pró-Reitoria de Ensino (DRA/PROEN), no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da Ufopa, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

2.20.3 Sistema de avaliação dos componentes curriculares

Os componentes curriculares, em cada período curricular, serão apreciados através de, pelo menos, três avaliações e uma avaliação substitutiva, esta última de caráter optativa para o discente e envolvendo todo o programa do componente. Nesse processo deverá ser considerado que:

- a) Pelo menos uma das três avaliações mencionadas deverá ser individual.
- b) A mensuração de cada avaliação ocorrerá através de valores numéricos no intervalo de zero a dez.
- c) Considerar-se-á aprovado no componente curricular, o discente que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).
- d) O discente com nota final inferior a 6,0 ao final do processo de avaliação entrará em regime de dependência em relação ao componente curricular, para fins de integralização curricular.

e) Em caso de falta à avaliação em componente curricular, por impedimento legal, doença grave atestada por serviço médico de saúde e caso fortuito, devidamente comprovado nos termos da lei, o discente deve protocolar na secretaria responsável pelo componente curricular o requerimento para avaliação de segunda chamada ao docente, no período de 48h. O docente estabelecerá a data e a forma da próxima avaliação que deverá acontecer no intervalo entre o quinto e o décimo dia útil da data do deferimento do requerimento, respeitados os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico para a realização do Ingresso Aos institutos, programas e cursos e a mobilidade acadêmica interna permanente.

2.20.4 A avaliação substitutiva

A avaliação substitutiva constitui oportunidade opcional, igualmente oferecida a todos os discentes, no sentido de substituir uma das notas das três avaliações do componente curricular à qual ela se referir. A avaliação substitutiva será realizada após a avaliação final do componente curricular, em data definida pela secretaria acadêmica da unidade.

Essa avaliação somente poderá ser realizada após ciência do discente de sua nota da avaliação individual do componente curricular. E deverá ser observado que:

- a) a avaliação substitutiva deverá ser única e conter questões referentes a todo o conteúdo obrigatório e complementar ministrado no componente curricular;
- b) a nota da avaliação substitutiva será computada no intervalo de 0 a 10 (zero a dez).
- c) a nota alcançada na avaliação substitutiva substituirá, obrigatoriamente, a nota de uma das avaliações individuais do componente curricular, considerando inclusive os fatores de ponderação da média final do componente curricular;
- d) caso o discente tenha faltado a uma das avaliações individuais a nota alcançada na avaliação substitutiva poderá ser simplesmente acrescida no cômputo da média final do componente curricular.
- e) a inscrição para realização da avaliação substitutiva implica aceitação da troca obrigatória da média final do componente curricular.
- f) o discente deverá solicitar inscrição junto à Secretaria da Unidade ou Subunidade Acadêmica responsável pela avaliação substitutiva do componente curricular com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência à realização da avaliação.
- g) o não comparecimento à avaliação substitutiva implicará em nota zero e substituirá uma das notas individuais do componente curricular a que se refere.

h) não haverá segunda chamada para a avaliação substitutiva, salvo nos casos previstos em lei.

2.21 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Obedecendo ao Regimento de Ensino de Graduação da Ufopa, o Curso de Licenciatura em História irá adotar o planejamento e a avaliação como procedimentos necessários e permanentes da organização curricular e do processo de ensino-aprendizagem.

Entende-se que o contínuo trabalho do NDE e reuniões com o corpo docente do curso são tarefas necessárias e de permanente reflexão do fazer educacional, como condição básica para identificar os desafios existentes na formulação de diretrizes para que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam compatibilizados com os anseios da sociedade, nas dimensões de natureza política, econômica, social e cultural e ambiental, preservando as peculiaridades do curso na sua função de produzir conhecimentos.

Portanto, a avaliação do PPC de Licenciatura em História será realizada considerando as diferentes categorias que o compõem: avaliação anual do corpo docente, discente e técnico administrativo; e avaliação interna, feita periodicamente por representantes dos segmentos de ensino, pesquisa e extensão da administração superior.

2.22 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

O Curso de Licenciatura em História está integrado com as redes públicas de ensino tanto fundamental quanto médio da região oeste do Pará, uma vez que é nas escolas da rede pública que os discentes realizam seus estágios supervisionados. O processo de parcerias inclui os diretores das escolas e os respectivos professores do curso de História, a quem cabe avaliar diretamente o desempenho de cada estagiário. Além disso, a integração entre o curso de História e escolas da educação básica se dá também através do PIBID/História. Os graduandos bolsistas desse projeto atuam diretamente em sala de aula sob a orientação de um supervisor, o professor da educação básica responsável pela turma em que os graduandos operam com observações, sugestões de estratégias de ensino e assistência ao supervisor. Além disso, o curso de história tem priorizado em seus eventos a participação de alunos e professores das redes municipal e estadual de ensino como foi o caso das duas edições da Jornada Arquivos Memória e História do Baixo Amazonas (2016 e 2017), organizadas pelo Curso de História da Ufopa.

2.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

O modelo curricular da licenciatura em História da Ufopa procura articular teoria e prática e aproximar os discentes do ambiente escolar desde o início da trajetória acadêmica. Procura-se com esta estrutura superar o modelo técnico e científico que marca a formação docente, o qual consiste na ênfase em disciplinas obrigatórias da área de história ao passo que separa e reduz as reflexões da área pedagógica e da prática docente, problemática relativa ao caso brasileiro e também presente nas discussões internacionais da área da educação. Partindo das contribuições das pesquisas acerca do ensino de história, a estrutura curricular do curso de História da Ufopa dissemina a reflexão didática e as atividades práticas por todo o currículo.

Desta maneira, além de disciplinas diretamente voltadas para a formação pedagógica geral (Didática, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Libras, Fundamentos históricos e filosóficos da Educação, Educação Etnorracial, Política e Legislação educacional), e da matriz curricular específica do curso (Metodologia do Ensino I e II, Estágio Supervisionado I, II, III e IV), os demais componentes (História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea I e II, História da África I e II, História da América I e II, História do Brasil I, II e III e História da Amazônia I e II) têm a carga horária dividida em 60h teóricas e 25h práticas, as quais são voltadas às atividades práticas de ensino.

Pautando-se nas contribuições dos métodos ativos, participativos e problematizadores de aprendizagem, que redirecionam as atividades no espaço tradicional da sala de aula, agregam novos ambientes físicos de aprendizagem, como ambientes profissionais e laboratórios, e passam a explorar mais intensamente os ambientes virtuais, as práticas de ensino desenvolvidas pelos docentes nas disciplinas acima citadas têm feito uso de estratégias diversas.

Destaca-se, primeiramente, a constante leitura e a análise de livros didáticos, histórias em quadrinhos, filmes, músicas, peças teatrais, obras literárias, imagens, entre outras linguagens a fim de relacionar o conteúdo das disciplinas à construção de planos de aula e projetos de ensino a serem aplicados nas escolas da educação básica. Essas ações têm como objetivo aproximar o graduando, desde o primeiro período, da diversidade de materiais didáticos disponíveis ao docente, assim como propor aplicações práticas dos conteúdos estudados nas disciplinas do eixo geral da estrutura curricular. Do mesmo modo, são desenvolvidas ações voltadas à produção de materiais paradidáticos, planos de aula virtuais e jogos didáticos, estratégias de ensino que procuram explorar os pressupostos das metodologias ativas no intuito de mobilizar o conhecimento dos estudantes a fim de produzir recursos didáticos para a educação básica que se articulem com a realidade educacional do município de

Santarém e da região do oeste do Pará. Acrescenta-se a utilização de ambientes de aprendizagem diversificados, com a elaboração de atividades nos centros e institutos culturais e de pesquisa do município, visitas de campo aos marcos da cidade de Santarém e de outras localidades próximas, e aulas práticas nas dependências do Laboratório de História da Ufopa – que conta com acervo de revistas e de livros didáticos.

2.24 Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica

As políticas institucionais da Ufopa abrangem ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, no sentido de consolidar a prática democrática e a inserção cidadã da instituição na realidade amazônica, no cenário nacional e nas conexões internacionais.

Como nas demais IFES, o ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e extensão. Independentemente do nível, o foco do ensino na instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Os cursos são estruturados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

2.24.1 Política de Ensino

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Ciências da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, entre outras. O ensino na Instituição tem como princípio a abordagem interdisciplinar, flexibilidade curricular, formação continuada e a mobilidade acadêmica.

O ensino de graduação da Ufopa segue as diretrizes curriculares nacionais e institucionais e está alinhado à missão institucional de produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia, respeitando a diversidade cultural, norteadas as suas atividades nos objetivos estratégicos de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica. As políticas de ensino têm como

foco o egresso como agente transformador da realidade social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio. A Universidade se propõe a ofertar um ensino de qualidade, tendo como diretrizes: (1) a excelência acadêmica, por meio do uso de tecnologias educacionais; (2) a promoção de modelos curriculares inovadores, buscando, para isso, ampliar e diversificar as oportunidades educacionais, potencializar a vocação regional e promover a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa, extensão; (3) a articulação com a sociedade, buscando fortalecer a interação com a educação básica; e (4) a produção do conhecimento, visando à sua ampliação e disseminação.

2.24.2 Políticas de Extensão

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Ensino e pelo Regimento Geral da Ufopa.

Na Ufopa, a extensão universitária é um processo educativo, cultural, científico e/ou tecnológico, que envolve ações de articulação com a sociedade, por meio de atividades acadêmicas integradas ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabilizam a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

As atividades de extensão estão direcionadas para a valorização da diversidade cultural e ambiental, compromisso com os direitos humanos, respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, princípios éticos, promoção da inclusão social e/ou desenvolvimento sustentável e regional.

As ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

A atuação da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) tem como meta aumentar o número de programas, projetos e ações de integração com a sociedade e com empresas, visando a alavancar e ampliar parcerias estratégicas.

O Arquivo de Documentos Históricos, coordenado pelos professores de História do Programa de Ciências Humanas e vinculado ao ICED, é uma das atividades que promovem as políticas de extensão no curso. Trata-se de um projeto que identifica, higieniza e organiza a documentação do Tribunal de Justiça do Pará, comarca de Santarém, produzidos entre o início

do século XIX até a década de 1970, e desenvolve ações de educação patrimonial junto à comunidade. Além dos professores e alunos de História, discentes de Direito e Antropologia já atuaram como bolsistas do projeto.

Considerando que o cinema tem uma função estratégica e pedagógica na sociedade, podendo contribuir para a educação, para a cidadania, para a politização ou ainda para o entretenimento, o curso de História também oferece ao público o projeto de extensão universitária Cineclio: Cinema, Cultura & Sociedade tem como objetivo promover uma cultura cinematográfica em Santarém, através da constante exibição e discussão do cinema nacional e internacional. Tal iniciativa permite explorar as inúmeras possibilidades relacionadas à “sétima arte”, além de criar uma aproximação entre a Universidade e a comunidade, visando ampliar os serviços e os bens culturais oferecidos à população. O projeto realiza mensalmente sessões de cine-debate com professores convidados, quinzenalmente exposições temáticas livres na universidade, além de promover cursos, oficinas, mostras de cinema e exposições nas escolas públicas do município de Santarém.

O PIBID também é uma política de extensão relevante para o curso, envolvendo alunos de História e promovendo a interação com a rede pública de ensino. As atividades do PIBID podem ser aproveitadas no currículo do discente e favorecem ao aluno participante o diálogo entre a teoria e a prática docente.

Atendendo ao Regimento de Graduação da Ufopa, no seu artigo 108, são assegurados, para a integralização do curso, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares para programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, com base na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE).

2.24.3 Políticas de Pesquisa

A política de pesquisa da Ufopa é gerida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit). Tem por finalidade fomentar e orientar a consolidação de uma cultura de pesquisa na Instituição que suporte à inserção de pesquisadores locais em redes de investigação científica nacional e internacional, tendo como foco principal a realidade regional apresentada e como perspectiva a produção de conhecimento para o desenvolvimento da vasta oferta de recursos naturais da Amazônia. Suas principais diretrizes são: produção de conhecimento e articulação com a sociedade, formando cidadãos em função das necessidades

da sociedade, capazes de transformar a realidade social da região amazônica, contribuindo para o avanço científico e tecnológico, além de promover a valorização da diversidade cultural.

A Ufopa visa a consolidar a pesquisa interdisciplinar, fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos e intensificar as atividades de pesquisa de relevância social, ampliando o número de trabalhos, tanto dos discentes como dos docentes da Instituição, incentivando a participação e a organização de eventos de socialização para divulgação e planejando o lançamento de edital interno voltado ao apoio da pesquisa, em especial à consolidação dos grupos de pesquisas. Quanto à sua articulação com a sociedade, a pesquisa na Ufopa pretende fortalecer a interação com o ensino médio, por meio do programa de bolsas Pibic-EM, buscando incentivar e despertar o espírito de pesquisa dos futuros profissionais. Além disso, pretende-se elevar o número de publicações com relevância social, por meio da valorização e estímulo à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas, apoiando a participação dos docentes e discentes em eventos científicos diversos e em suas publicações. A Ufopa também realiza o acompanhamento e visibilidade das pesquisas desenvolvidas na Instituição, valorizando a produção científica docente.

A política de pesquisa pretende consolidar a Ufopa no cenário da pesquisa local, regional e nacional, alavancando e ampliando parcerias estratégicas, promovendo articulação permanente com empresas públicas e privadas, comunidades e movimentos sociais.

A Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni) será responsável pelo apoio e logística no estabelecimento de parcerias com outras instituições e/ou organismos nacionais e internacionais, visando à realização de atividades em cooperação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Articulada ao ensino, a pesquisa visa promover a interdisciplinaridade e potencializar a vocação da região amazônica com ações que efetivamente contribuam para o alcance da sustentabilidade. A Proppit pretende elevar o índice de publicações distribuídas pelo Qualis com foco interdisciplinar e elevar o índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais, adotando estratégias de gestão por meio da Capes, CNPq e SEB/MEC. Essas ações fortalecerão a pesquisa e a produção científica nas áreas científicas e tecnológicas.

2.24.4 Programas de Iniciação Científica

O programa de iniciação científica da Ufopa disponibiliza, hoje, duas modalidades de bolsa: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), em parceria com a Fundação Amazônia, antiga FADESPA, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico tem por objetivo apoiar a criação e a consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na Ufopa, por meio da concessão de bolsas de iniciação científica a graduandos, sob orientação de docentes, coordenadores ou participantes de projetos de pesquisa registrados na instituição, para o desenvolvimento de atividades voltadas ao desenvolvimento científico (PIBIC) e ao desenvolvimento tecnológico (PIBITI).

O PIBIC visa propiciar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrente das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

Já o PIBIT, tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Ele deve contribuir para a formação e a inserção de estudantes em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação, a formação de recursos humanos dedicados ao fortalecimento da capacidade inovadora e para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora nas atividades nas quais esteja incluído.

Por sua vez, o subprograma PIBIC-AF é destinado a estudantes que ingressaram na Ufopa por meio de ações afirmativas ou que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Outra forma de contato com a pesquisa ocorre por meio de participação voluntária nos projetos de pesquisa realizados pelos docentes da instituição.

Nesse quadro de ações institucionais, o curso conta atualmente com diferentes projetos de pesquisa coordenados pelos docentes, que orientam, também, alunos de Iniciação Científica. Além disso, o curso apresenta Laboratório de História e Arquivo – contendo documentos de grande relevância para a história da regional –, equipamentos que têm permitido o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.24.5 Apoio à participação em Atividades de Iniciação Científica

A partir da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT), na Ufopa, o apoio a participação das atividades de Iniciação à Pesquisa dá-se por intermédio do

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC), que abrange os subprogramas PIBIC/CNPq, PIBIC-AF/CNPq, PIBIC/FAPESPA, PIBIC/UFOPA, PIBIC-AF/UFOPA, PIBITI/CNPq E PIBITI/UFOPA. Nesse sentido, segue-se o objetivo da Universidade e da proposta de “professores-pesquisadores” com o escopo de apoiar a criação e consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na Ufopa.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

3.1.1 Direção de Instituto

A direção do Instituto de Ciências da Educação é exercida pelo Prof. Dr. Edilan Santana Quaresma e pela Vice-Diretora Prof^ª. Dra. Maria Raimunda Santos da Costa. A direção encontra-se no prédio H, no campus Rondon, em horários alternados entre manhã, tarde e noite.

3.1.2 Coordenação de Curso

A função de coordenação do curso de Licenciatura em História é exercida pelo docente André Dione Fonseca, ao qual foi atribuída uma carga horária de 20h semanais para desenvolver as atividades de coordenação.

O docente André Dione Fonseca, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), começou a atuar no Magistério Superior em 2012, lecionando no curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e em 2014 ingressou no quadro efetivo de docentes do curso de História da Ufopa, sendo lotado no Programa de Ciências Humanas (ICED), com dedicação exclusiva (40 horas semanais).

As atividades de coordenação são desenvolvidas no período da tarde para que os alunos e professores dos turnos da manhã e da noite sejam atendidos. O atendimento à coordenação, aos professores e aos alunos está concentrado nas gestões acadêmica e administrativa do Instituto de Ciências da Educação. A sala da coordenação possui condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

Compete ao Coordenador de Programa, segundo Art.117 do Regimento Geral da Ufopa:

I - convocar e presidir os trabalhos do Colegiado de Curso;

II - coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a cargo da Subunidade Acadêmica, delegando atribuições e acompanhando a execução;

III - coordenar e acompanhar os serviços administrativos da Subunidade Acadêmica.

Já o Regimento de Graduação da Ufopa, em seu artigo 121 da seção IV, apresenta as seguintes atribuições aos coordenadores de curso:

I- convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

II- solicitar à Proen, aos diretores das Unidades Acadêmicas, aos coordenadores de núcleos e aos docentes e técnicos em assuntos educacionais providências necessárias para o bom funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos, questões didático-pedagógicas e pessoal;

III- articular-se com o Colegiado da Unidade Acadêmica e com a Administração Superior, a fim de harmonizar o funcionamento do curso com as respectivas instâncias;

IV- propor ao Colegiado do Curso o número de vagas a ser oferecido nos processos seletivos de ingresso de acordo com a portaria de criação do curso;

V- coordenar o NDE do curso;

VI- propor, em conjunto com o NDE, reformas no PPC;

VII- estruturar a grade horária e solicitar à Unidade Acadêmica a designação de professores para os componentes curriculares;

VIII- propor componentes curriculares de cursos no período intensivo;

IX- propor e implementar estratégias de enfrentamento da reprovação e da evasão;

X- analisar os históricos escolares, com seus respectivos programas de componentes curriculares, quando da solicitação de dispensa;

XI- providenciar documentação necessária à colação de grau dos discentes;

XII- estimular a participação dos docentes e dos discentes no processo avaliativo (avaliação do docente pelo discente, da coordenação pelos discentes e docentes, infraestrutura), de forma a contribuir para sua autoavaliação;

XIII- propor ao Colegiado da Subunidade plano de providências após as avaliações;

XIV- inscrever os discentes no Sistema e-MEC, quando o curso for selecionado para participar do Exame Nacional dos Discentes (Enade) ou quando o discente não tiver realizado a prova no ciclo avaliativo regular;

XV- analisar, em conjunto com os docentes, os relatórios do Enade, de modo a possibilitar autoavaliação e retroalimentação do curso;

XVI- colaborar no processo de avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep/MEC), fornecendo informações solicitadas pela Proen nos prazos estabelecidos;

XVII- solicitar dos docentes a documentação necessária para o processo avaliativo in loco;

XVIII- informar aos órgãos competentes da Ufopa as necessidades do curso para uma boa avaliação; promover reuniões com os docentes e discentes para fins de preparação da avaliação externa;

XIX- preparar toda a documentação necessária, disponibilizando-a para a comissão de avaliação externa;

XX- conhecer a legislação pertinente às suas atribuições de coordenador: PDI, regimento da instituição e resoluções internas e externas;

XXI- receber os discentes no início dos semestres, oferecendo informações necessárias sobre a vida acadêmica durante o período de formação ou nos polos de apoio presencial, nos casos dos cursos a distância;

XXII- responsabilizar-se pela orientação de matrícula, propondo, de forma conjunta com o discente, plano individual para discentes desnivelados ou oriundos de mobilidades estudantis;

XXIII- acompanhar os prazos de inserção da oferta de componentes curriculares, possibilitando a matrícula dos discentes no período estipulado;

XXIV- atender ao discente, sempre que necessário ou solicitado na Coordenação do Curso;

XXV- solicitar aos docentes que acessem periodicamente o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), de forma que a frequência e as notas dos discentes sejam lançadas no prazo estabelecido;

XXVI- acompanhar e avaliar o estágio probatório dos docentes;

XXVII- orientar o discente sobre as atividades complementares e realizar sua creditação;

XXVIII- colaborar com a Coordenação de Estágios da Proen no levantamento, registro, acompanhamento e avaliação dos discentes e campos de estágios curriculares;

XXIX- solicitar aos docentes os planos de ensino dos componentes curriculares, orientando-os para que os apresentem aos discentes na primeira semana de aula;

XXX- acompanhar o cumprimento dos componentes curriculares ofertados e a execução dos planos de ensino;

XXXI- providenciar, com os docentes, a reposição de aulas, em caso de faltas dos docentes, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica;

XXXII- organizar e acompanhar, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica, os afastamentos e a licença de capacitação de docente; participar de reuniões, treinamentos, capacitações, sempre que convocado por órgão da administração;

XXXIII- cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao curso, bem como desempenhar as atribuições estabelecidas no regimento do curso;

XXXIV- participar de grupos de trabalho de desenvolvimento de metodologia de ensino;

XXXV- planejar e desenvolver atividades de seleção e capacitação dos profissionais (tutores, professores e equipe multidisciplinar) relativas ao curso;

XXXVI- acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso;

XXXVII- registrar os cursos nos órgãos de conselho de classe, quando houver.

Além dessas atribuições, o Coordenador do Curso de História compõe o Conselho da Unidade Acadêmica, ICED, conforme o Art. 110 do Regimento Geral da Ufopa.

3.1.3 Técnicos em Assuntos Educacionais

O Instituto de Ciências da Educação possui, atualmente, 03 (três) técnicos em assuntos educacionais que atendem a todos os cursos do instituto.

3.1.4 Secretaria Executiva

O ICED possui uma secretaria executiva que responde as demandas da direção do instituto e algumas demandas das coordenações de programas/curso. A secretaria executiva é constituída de 02 (dois) secretários e 01 (um) assistente em administração.

3.2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA

3.2.1 Secretaria Acadêmica

No ICED, a Gestão Acadêmica é órgão que atende todos os professores, discentes e coordenadores do instituto. É na Gestão Acadêmica que os alunos podem efetuar e resolver problemas referentes a matrículas, solicitar demandas, como aproveitamento de disciplinas, às coordenações de curso, assistência e orientação pedagógica. Além disso, este órgão apoia, técnica e pedagogicamente, os coordenadores e os docentes do instituto. A Gestão Acadêmica é constituída por 3 Técnicos em Assuntos Educacionais, 2 Pedagogos e 4 Assistentes em Administração.

3.2.2 Núcleo de Estágio do ICED

O Curso de Licenciatura em História, em consonância com o processo de formação docente, está articulado com o Núcleo de Estágio do Instituto de Ciências da Educação, formado por todos os professores que supervisionam os estágios nas licenciaturas desse Instituto e administrada por um Coordenador, ao qual é atribuída a carga horária de 20 horas, conforme a Instrução Normativa nº 01, de 12 de setembro de 2013/IDEC/UFOPA. O Núcleo de Estágio do IDEC tem as seguintes competências:

- I. Acompanhar o desenvolvimento dos estágios curriculares no Projeto Pedagógico dos cursos da Universidade.
- II. Colaborar para a realização dos convênios de cooperação entre Ufopa e 5ª URE, SEMED e escolas privadas e instituições não escolares;
- III. Prestar informações estatísticas referentes ao número de discentes estagiários locais, com carga horária e outros dados relativos aos estágios curriculares.
- IV. Providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, junto ao órgão competente da Universidade.
- V. Acompanhar a realização dos estágios através dos cronogramas, planejamentos e relatórios;
- VI. Manter uma listagem atualizada com endereços das escolas e/ou instituições da rede pública e particular;
- VII. Providenciar materiais de apoio à organização dos estágios;
- VIII. Resolver problemas decorrentes da realização dos estágios;
- IX. Promover a integração pedagógica entre os Cursos de Licenciatura.
- X. Avaliar o desenvolvimento dos estágios Curriculares no âmbito do Instituto e da Universidade.

- XI. Incentivar a produção científica de professores das escolas e acadêmicos do curso - através de registro das situações vivenciadas nos estágios supervisionados.
- XII. Criar um espaço de discussão com os gestores e professores das escolas da educação básica para discutir e avaliar a atuação dos estagiários e o estágio como prática educativa.
- XIII. Mapear as necessidades das instituições receptoras com vistas a promover uma intervenção direcionada à resolução dessas problemáticas;
- XIV. Promover discussões com acadêmicos para estudar, socializar e discutir as situações encontradas no estágio;
- XV. Realizar um encontro anual e/ou semestral dos estágios curriculares do Instituto.

3.2.3 Órgãos Colegiados

A composição do Conselho do Instituto de Ciências da Educação é formada por representantes das três categorias, sendo distribuída da forma seguinte, conforme a Portaria Nº 32, de 30 de agosto de 2016:

Diretor(a) do Instituto de Ciências da Educação – Membro Permanente

Vice-Diretor(a) do Programa de Ciências da Educação – Membro Permanente

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Educação – Membro Permanente

Coordenador(a) do Mestrado Profissional em Matemática – Membro Permanente

Coordenador do Mestrado Profissional em Letras – Membro Permanente

Coordenador do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física – Membro Permanente

Coordenador(a) do Programa de Ciências Humanas – Membro Permanente

Coordenador(a) do Programa de Ciências Exatas – Membro Permanente

Coordenador(a) do Programa de Ciências Naturais – Membro Permanente

Coordenador(a) de Curso de Física Ambiental – Membro Permanente

Coordenador(a) do Programa de Letras – Membro Permanente

Coordenador(a) do Programa de Educação – Membro Permanente

Coordenador(a) do Curso de Informática Educacional – Membro Permanente

Joacir Storlarz de Oliveira - Representante Docente Titular

João Roberto Pinto Feitosa - Representante Docente Titular

Enéias Barbosa Guedes – Representante Docente Titular

João Revelino Caldas de Almeida – Representante Docente Suplente

Flávio Nicaretta Amorim - Representante Técnico Titular

Danielle da Silva Pereira - Representante Técnico Titular

José Carlos Monteiro - Representante Técnico Titular

Adriana Brito de Souza – Representante Técnico Suplente

Luiz Fernando Queiroz - Representante Técnico Suplente

Roberto Elison Souza Maia – Representante Técnico Suplente

César Benaion Lima – Representante Discente Titular

Wellington Davi dos Santos Lima – Representante Discente Suplente

Sara Caroline da Costa Lopes - Representante Discente Titular

Maria Djelma Brito - Representante Discente Suplente

Antonio Cerino Dias Ferreira - Representante Discente Suplente

Fabício Sampaio Gaspar - Representante Discente Suplente

Composição do Colegiado do Curso de História

André Dione Fonseca – Docente Efetivo

Diego Marinho de Gois – Docente Efetivo

Douglas Mota Xavier de Lima – Docente Efetivo

Eveline Almeida de Sousa – Docente Efetiva

Isabel Teresa Creão Augusto – Docente Efetiva

Gefferson Ramos Rodrigues – Docente Efetivo

Gustavo Pinto de Sousa – Docente Efetivo

Lademe Correia de Sousa – Docente Efetiva

Lorena Lopes Costa – Docente Efetivo

Luiz Carlos Laurindo Junior – Docente Efetivo

Vanice Siqueira de Melo – Docente Efetiva

Representante Técnico Titular

Representante Técnico Suplente

Representante Discente Titular (representante do Centro Acadêmico ou, em caso de inexistência deste, um representante eleito pelo corpo discente).

Representante Discente Suplente

3.3 DOCENTES

Compõem o quadro docente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará, os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho.

3.3.1 Quadro de Titulação e Formação Acadêmica

PROFESSORES DO CURSO		
Professores da Formação Interdisciplinar II		
Cleise Fonseca de Abreu	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Daiane Pinheiro	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Francisco Edson Gomes de Almeida	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Juarez Bezerra Galvão	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Solange Helena Ximenes Rocha	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Professores Específicos do Núcleo Comum		
Lucybeth Camargo de Arruda	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Professores Específicos de História		
Docente	Titulação	Regime de Trabalho
André Dionei Fonseca	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Diego Marinho de Gois	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Douglas Mota Xavier de Lima	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Eveline Almeida de Sousa	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Gefferson Ramos Rodrigues	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Gustavo Pinto de Sousa	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Isabel Teresa Creão Augusto	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Lademe Correia de Sousa	Mestrado	Dedicação Exclusiva

Lorena Lopes da Costa	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Luiz Carlos Laurindo Junior	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Vanice Siqueira de Melo	Mestrado	Dedicação Exclusiva

3.3.2 Quadro de docentes por disciplinas

DISCIPLINA	DOCENTES
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	Gefferson Ramos Rodrigues Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Língua Brasileira de Sinais	Daiane Pinheiro
Psicologia da Educação e da Aprendizagem	Francisco Edson Gomes de Almeida
Introdução aos Estudos Históricos	Lorena Lopes da Costa
História Antiga	Douglas Mota Xavier de Lima
Metodologia do Trabalho Científico	André Dionei Fonseca
Política e Legislação Educacional	Solange Helena Ximenes Rocha
Didática	Juarez Bezerra Galvão
Teoria da História I	Lorena Lopes da Costa
História Medieval	Douglas Mota Xavier de Lima
Antropologia e História	Lucybeth Camargo de Arruda
Disciplina Optativa I	André Dionei Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior, Vanice Siqueira de Melo

Metodologia do Ensino de História I	Diego Marinho de Gois Gefferson Ramos Rodrigues Lademe Correia de Sousa
Teoria da História II	Lorena Lopes da Costa
História Moderna	Vanice Siqueira de Melo
História da África I	Gustavo P. Sousa
Disciplina Optativa II	André Dionei Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior, Vanice Siqueira de Melo
Disciplina Optativa III	André Dionei Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior, Vanice Siqueira de Melo
Metodologia do Ensino de História II	Diego Marinho de Gois Gefferson Ramos Rodrigues Lademe Correia de Sousa
Historiografia Brasileira	André Dionei Fonseca

História da América I	Eveline Almeida Sousa
História do Brasil I	Vanice Siqueira de Melo
Disciplina Optativa IV	André Dioneu Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior, Vanice Siqueira de Melo
Estágio Supervisionado em História I	Diego Marinho de Gois Gefferson Ramos Rodrigues Lademe Correia de Sousa
História Contemporânea I	Isabel T. Creão Augusto
História do Brasil II	Gustavo P. Sousa
História da Amazônia I	Luiz Carlos L. Júnior
Disciplina Optativa V	André Dioneu Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior, Vanice Siqueira de Melo
Estágio Supervisionado em História II	Diego Marinho de Gois Gefferson Ramos Rodrigues

	Lademe Correia de Sousa
Metodologia da História	Lorena Lopes da Costa
História Contemporânea II	Isabel T. Creão Augusto
História do Brasil III	André Dioneu Fonseca
História da Amazônia II	Luiz Carlos L. Júnior
Estágio Supervisionado em História III	Diego Marinho de Gois Gefferson Ramos Rodrigues Lademe Correia de Sousa
TCC I	André Dioneu Fonseca, Diego Marinho Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gustavo P. Sousa, Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior Vanice Siqueira de Melo
História da África II	Gustavo Pinto de Sousa
História da América II	Eveline Almeida Sousa
Seminários Integradores	André Dioneu Fonseca
Disciplina Optativa VI	André Dioneu Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior,

	Vanice Siqueira de Melo
Estágio Supervisionado em História IV	Diego Marinho de Gois Gefferson Ramos Rodrigues Lademe Correia de Sousa
TCC II	André Dionei Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior, Vanice Siqueira de Melo
História Indígena e do Indigenismo	Eveline Almeida Sousa
Educação Etnorracial	Gustavo Pinto de Sousa
Disciplina Optativa VII	André Dionei Fonseca, Diego Marinho de Góis, Douglas Mota X.de Lima, Eveline Almeida Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues Gustavo Pinto de Sousa Isabel T. Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa Luiz Carlos L. Júnior, Vanice Siqueira de Melo

3.3.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – de uma graduação é formado por docentes do curso que atuam na elaboração, consolidação e permanente atualização do Projeto Pedagógico de um curso. Pela Resolução MEC / CONAES nº01/2010, são atribuições do NDE:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O Núcleo Docente Estruturante, pela Resolução MEC/CONAES nº01/2010, deve ser composto por cinco professores, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso. O NDE da Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará foi, inicialmente, formado, pelos seguintes docentes, conforme a Portaria Nº 2.166, de 12 de setembro de 2014:

1. Vanice Siqueira de Melo - Presidente;
2. Luiz Carlos Laurindo Junior - membro;
3. Isabel Tereza Creão Augusto - membro;
4. André Dione Fonseca - membro.

Pela Portaria Nº 518, de 26 de fevereiro de 2015, houve alteração no NDE do Curso de História com a inclusão dos seguintes professores:

1. Diego Marinho de Gois - membro; e
2. Gustavo Pinto de Sousa - membro.

Por meio da Portaria nº 14, de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviços da Ufopa Ano VIII – Edição 88 – de 14 de junho de 2017, à página 83, o NDE do curso de História ficou composto dos seguintes nomes:

1. Presidente – André Dionei Fonseca: Doutor em História Social pela USP, mestre em História pela UFGD e graduado em História pela UEMS.

2. Membro: Diego Marinho de Gois: Mestre em História pela UFRN, especialista em Geo-política e História pela FIP e graduação em História pela UFRN.

3. Membro: Douglas Mota Xavier de Lima: Doutor em História pela UFF, mestre em História pela UFF e graduação em História pela UFF.

4. Membro: Gustavo Pinto de Sousa: Doutor em História pela UFRJ, mestre em História pela UERJ e graduação em História pela UERJ.

5. Membro: Isabel Teresa Creão Augusto: Mestre em História pela UNICAMP e graduação em História pela UFPA.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante reúnem-se periodicamente para discutir e construir o Plano Pedagógico do Curso de História. O diálogo e a colaboração dos docentes do curso são fundamentais para o NDE verificar a consolidação, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Licenciatura em História.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante reúnem-se periodicamente para discutir e construir o Plano Pedagógico do Curso de História. Nesse processo de elaboração do PPC do curso pelo NDE são oriundas, também, dos debates que este grupo realiza com os demais professores do curso. O diálogo e a colaboração dos docentes do curso é fundamental para o NDE verificar a consolidação, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Licenciatura em História.

3.3.4 Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. De acordo o art. 1º, §§ 1º e 2º desta Lei, a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

I - Classe A, com as denominações de:

- a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
- c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II – Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III – Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV – Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V – Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei n° 12.772/2012, em seu artigo. 12° o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já a promoção, ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, algumas condições específicas para cada classe.

3.3.5 Critérios de Admissão

De acordo com a Resolução UFOPA/CONSUN n° 49, de 27 de março de 2014, que disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa, o ingresso em tal carreira se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei n° 12.772/2012.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa consta de 2 (duas) etapas:

I. Primeira Etapa:

a) Prova escrita: De caráter eliminatório e classificatório, nesta fase os critérios avaliados serão a apresentação - introdução, desenvolvimento e conclusão -, o conteúdo e o desenvolvimento do tema - organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade - e a linguagem - uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical. Esta prova, que versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para classificação do candidato para a fase seguinte.

b) Prova didática: Também de caráter eliminatório e classificatório, esta etapa consiste na apresentação oral, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, pelo candidato, de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Na prova didática, os critérios avaliados são a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos

do candidato na abordagem do tema, o planejamento e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 3 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete).

c) Prova Prática ou Experimental: Essa etapa, de caráter classificatório e eliminatório, caso seja necessária, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 4 (quatro) horas.

II. Segunda Etapa:

a) Prova de memorial: Nesta fase, de caráter classificatório, o candidato entrega à comissão de concurso um memorial contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas e as que possam vir a ser desenvolvidas por ele na Ufopa. Esse memorial deve evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas profissionais. Ainda, deve manifestar uma proposta de trabalho na Ufopa para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

b) Julgamento de títulos. De caráter apenas classificatório, o julgamento dos títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, sendo considerados e pontuados os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural, Atividades Didáticas e Atividades Técnico-Profissionais. Esta etapa tem peso 3 (três) para o cálculo da média final do concurso.

3.3.6 Apoio à Participação em Eventos

O apoio a participação dos docentes dos cursos de graduação em eventos científicos se dá a partir de recurso anual distribuído pela Pró-reitoria de Planejamento Institucional (PROPLAN) às Unidades Acadêmicas e, internamente, redistribuídos pelos Programas e cursos de cada instituto. Assim, o docente interessado em participar de eventos científicos deve entrar com o formulário de solicitação no próprio curso ao qual está lotado para, existindo disponibilidade de verbas no curso em questão, o pedido seja deferido ou indeferido.

4 INFRAESTRUTURA

4.1 INFORMAÇÕES GERAIS

O curso de Licenciatura em História funciona no campus Rondon, que tem a área de 8.583,57 m². Nesta unidade há uma biblioteca setorial, espaço de convivência, lanchonete, 16 salas de aula, todas climatizadas, com quadro magnético, projetor multimídia e capacidade para 50 alunos, um auditório climatizado com capacidade para 150 pessoas, duas amplas salas, climatizadas, com quadro magnético, recursos de multimídia e capacidade para 100 alunos, cada; e rede sem fio wi-fi de banda larga disponível a todos os discentes. Os alunos têm acesso, a partir de qualquer computador interligado a rede de internet da Ufopa ao Portal de Periódicos da CAPES, uma vez que a Ufopa faz parte da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

4.2 SALAS DE AULA

O curso de história dispõe de seis salas de aula localizadas no primeiro, segundo e terceiro andar do Prédio do Instituto de Ciências da Educação. Todas as salas têm capacidade para 50 (cinquenta) discentes e são equipadas com central de ar condicionado, além de tomadas de força elétrica para aparelhos de multimídia. As salas de aulas comportam e possuem dimensões adequadas para a quantidade de vagas ofertadas anualmente. Estes ambientes têm acesso facilitado, com portas com larguras adequadas, elevadores, escada e rampa de acesso para pessoas com deficiência. Todos esses locais são bem iluminados, amplos, conservados, limpos, oferecendo ambiente adequado para a prática do ensino. Além disso, as salas são limpas diariamente por uma equipe terceirizada.

Neste prédio, há mais 03 salas de informática que, atualmente, podem ser utilizadas em aulas que envolvam atividades computacionais (uso de softwares, simuladores e pacotes de multimídia) ou de rede.

Todas as salas dispõem de mobiliário novo (carteiras para alunos, armários, mesa e cadeira para professor), possuem excelentes condições de acústica, ventilação, iluminação e acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Os espaços do campus são amplos e os acessos são sinalizados em todos os corredores.

4.3 INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES DO CURSO

Os docentes possuem estações de trabalho individual, contendo armário e computador interligado a rede de internet da Ufopa. As estações são agrupadas por afinidades e áreas do

conhecimento, o que propicia a interação de docentes que atuam em diferentes linhas de pesquisa. Nesse espaço os docentes contam, ainda, com salas coletivas para atividades de discussões, reuniões e orientações. Além disso, os laboratórios vinculados aos cursos disponibilizam estações de trabalhos para professores e discentes associados aos seus projetos de pesquisa e extensão. Todos esses espaços possuem condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

Os gabinetes de trabalho dos docentes localizam-se no segundo pavimento do prédio H da Unidade Rondon da Ufopa. Tais gabinetes são divididos em três amplas salas climatizadas, com iluminação natural e artificial. A limpeza é feita diariamente pelo serviço de apoio. O acesso às salas se dá por meio de 2 escadas e 2 elevadores. A Sala 1 possui 115,55 m², comportando 10 gabinetes com 22 estações de trabalho; a Sala 2 possui 175,92 m², comportando 11 gabinetes com 32 estações de trabalho; a Sala 03, de 70,5 m², possui 7 gabinetes e 19 estações de trabalho. As três salas possuem 3 gabinetes de orientação acadêmica, com 5,81 m² cada. Dentro de cada gabinete, as estações de trabalho são ligadas entre si, sendo que cada estação está equipada com uma bancada de 6 gavetas, 1 armário para uso pessoal, 1 mesa em L com 2 gavetas, 1 cadeira e 1 computador com acesso à internet (*Wi-Fi*, wireless).

No 3º pavimento do Prédio H, há uma sala, medindo 21,83 m², de uso coletivo dos professores, que serve também para reuniões, a qual é equipada com 1 mesa e 8 cadeiras, bem climatizada, com iluminação artificial e natural satisfatórias.

4.4 INSTALAÇÕES PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do Curso de História funciona na sala do Programa de Ciências Humanas, em uma sala de 18 m² que contém duas estações de trabalho com computadores conectados à rede de internet, impressora, telefone e armários. Em uma das estações de trabalho, funciona a Coordenação do Curso de Geografia que possui seus armários e equipamentos próprios. A sala do Programa de Ciências Humanas, onde funciona a coordenação de História, possui condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

A coordenação conta com a cooperação de um técnico administrativo, responsável pelo agendamento, protocolo, recebimento, distribuição e arquivamento de documentos, edição de memorandos, ofícios e demais documentos, e recepção ao público. Há também espaços de apoio didático-pedagógico que auxiliam nas atividades de acompanhamento do corpo docente

e orientação dos estudantes, bem como uma sala ampla que está alocada a gestão acadêmica do Instituto ao qual o curso está vinculado.

A sala possui uma área de 16 m², sendo composta por 2 mesas em “L”, 1 mesa retangular, 5 cadeiras, 3 armários de madeira e 1 armário metálico. Quanto aos equipamentos, há 1 telefone institucional, 1 computador com acesso à internet via rede *Wi-Fi*. A impressora usada pela coordenação é de uso coletivo e situa-se na secretaria executiva da direção do ICED. Os armários são destinados para guardar os documentos administrativos do curso e o material permanente e de expediente.

O atendimento é feito alternadamente nos turnos matutino, vespertino e noturno para atender professores e discentes em todos os períodos. Alguns serviços acadêmicos e de ordem administrativa são ali realizados, como o atendimento aos discentes e docentes, a confecção de atas de reuniões, memorandos e ofícios. Outra parte dos serviços é realizada pela Gestão Administrativa e pela Gestão Acadêmica do ICED, situadas em duas salas distintas. Esta última concentra os serviços de emissão de históricos, matrículas, assessoria e instrução sobre a vida acadêmica.

Excelentes condições de acústica, ventilação e iluminação garantem um ambiente agradável para o desenvolvimento das atividades administrativas; a limpeza ocorre diariamente e é realizada por empresa terceirizada; a acessibilidade a todos os espaços mencionados é possível através de duas escadas independentes, uma em cada lateral do edifício, e de dois elevadores. Há uma copa para os docentes e técnicos e docentes tomarem café e água e banheiros próximos.

4.5 AUDITÓRIOS:

O campus Rondon conta com um auditório climatizado com capacidade para 150 pessoas, com sala de áudio e camarim. O espaço é nomeado de auditório “Wilson Fonseca” e seu uso é facultado a todo o público universitário mediante solicitação e autorização formal do setor de Cerimonial da Universidade Federal do Oeste do Pará.

4.6 LABORATÓRIOS

O curso de História conta com os seguintes laboratórios:

- 1) Laboratório de História
- 2) Laboratório de Metodologia de Ensino de História (subprojeto)

3) Laboratórios de Informática de uso compartilhado

4.6.1 Laboratório de História

O Laboratório de História é órgão de pesquisa, ensino e extensão, vinculado ao curso de Licenciatura em História e inserido no Programa de Ciências Humanas (PCH), do Instituto de Ciências da Educação (ICED), localizado na Unidade Rondon, bloco 02, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

O espaço físico do Laboratório de História compreende uma única sala climatizada e com iluminação apropriada que atende à demanda de professores e alunos do curso regular. Para isso, o laboratório possui 07 computadores – 02 para as atividades administrativas do espaço e 05 destinados à utilização dos alunos em consultas a acervos on-line ou mesmo para as atividades desenvolvidas com softwares, cuja licença está a cargo deste espaço. Para as reuniões de docentes e discentes, o laboratório possui 01 mesa de reunião, além de prateleiras metálicas e armários em MDF (para acomodar livros e documentos). O acesso às suas dependências é feito diariamente, de segunda a sexta, no turno vespertino, mediado pelo professor coordenador do Laboratório, pelos professores do curso de Licenciatura em História ou pelos monitores do Laboratório.

O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA visa atender:

Aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da Ufopa, prioritariamente aos alunos de graduação do curso de Licenciatura em História.

Aos docentes da Ufopa, prioritariamente àqueles vinculados ao curso de História e ao PCH e que desenvolvem atividades na área de História.

À comunidade externa da Ufopa, prioritariamente da região do Baixo e Médio Amazonas interessados em participar das atividades oferecidas pelo laboratório.

O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA tem como objetivos:

Congregar membros do corpo docente e discente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da área de História.

Desenvolver e fomentar projetos de pesquisa, ensino e extensão ligados à área da História, em especial aos eixos de investigação do laboratório de acordo com o artigo 9º.

Oferecer suporte e ser um espaço para o desenvolvimento de pesquisas docentes e para a elaboração de TCC's na área da História, em especial através de pesquisa inseridas nos eixos de investigação do laboratório.

Promover encontros acadêmicos e publicar artigos e outros materiais relativos à área da História, em especial aos eixos de investigação do laboratório.

Desde 2015, com a aprovação do regimento do Laboratório de História, o espaço tem contado com a atuação de monitores regulares que auxiliam o público na utilização do espaço, no respeito às normas do local, e mesmo nas pesquisas on-line e no acesso ao acervo do Laboratório, que compreende uma coleção de livros didáticos, periódicos de grande circulação na área de História, periódicos especializados e livros acadêmicos. Acrescenta-se que o Laboratório de História tem sido utilizado para as atividades dos bolsistas do PIBID-História, para as atividades do Laboratório de Metodologia de Ensino de História (LIFE), para oficinas e minicursos, e para pesquisas e atividades práticas das disciplinas.

4.6.2 Laboratório de Metodologia de Ensino de História:

O Subprojeto Laboratório de Metodologia de Ensino de História, vinculado ao Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE/CAPES), oferece condições de realização de atividades pedagógicas da graduação (aulas de metodologia, estágio supervisionado e prática curricular) que demandem condições diferenciadas de uma sala de aula comum. Constitui-se também em um espaço para criação, elaboração, desenvolvimento e apresentação de metodologias e recursos didáticos para o ensino de História. A criação do referido laboratório é justificada pela possibilidade de propiciar aos alunos o contato com diferentes linguagens e mecanismos de investigação relacionadas à História e tem como finalidade última o exercício da reflexão a partir da utilização e crítica dos conteúdos específicos de cada uma das duas áreas envolvidos nesse trabalho.

4.6.3 Laboratórios de Informática de uso compartilhado:

Há no campus Rondon, onde funciona o curso de Licenciatura em História, os laboratórios de informática de uso compartilhado com os demais cursos. Há 3 laboratórios, designados pelos nomes Labin1, Labin 2 e Labin 3. São espaços de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, e coordenados pelo Programa de Ciências Exatas do ICED.

Os Laboratórios de Informática 1 e 2 possuem 25 máquinas cada um e o Labin 3 possui 50 máquinas, todas equipadas com dois sistemas operacionais, Windows com licença, e Linux. Em cada sistema há softwares destinados à matemática, engenharia, computação e educação. Todos têm acesso a internet wireless e são destinados a pesquisas ou a atividades que necessitem de computador. O público alvo são todos os discentes da universidade, funcionando nos três turnos, matutino, vespertino e noturno.

Os Laboratórios de Informática prestam importante auxílio nas aulas que necessitam de acesso dos discentes a computadores. Quando os discentes querem utilizar esses laboratórios, procuram à Gestão Acadêmica para agendamento prévio e direcionam as aulas para um dos laboratórios. Os alunos, entretanto, podem ter acesso livre a esses laboratórios e computadores apresentando identificação prévia controlada por um bolsista remunerado. O acesso à internet é feito com a utilização de um *login* e senha pessoal do acadêmico o qual deve ser o mesmo utilizado para acessar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFOPA. Todos os laboratórios estão de acordo com o espaço físico disponível para esse atendimento discente.

4.6.4 Arquivo de documentos históricos

O Arquivo de Documentos Históricos, coordenado pelos professores de História, é uma das atividades que promovem as políticas de extensão no curso. Trata-se de um projeto que identifica, higieniza e organiza a documentação do Tribunal de Justiça do Pará, comarca de Santarém, produzidos entre o início do século XIX até a década de 1970, e desenvolve ações de educação patrimonial junto à comunidade. Além dos professores e alunos de História, discentes de Direito e Antropologia já atuaram como bolsistas do projeto.

O arquivo possui duas salas em um prédio térreo do Campus Rondon, convencionalmente chamado de “sala 17”⁷. Na área de entrada do prédio estão dispostas 2 mesas de escritório em L e 4 cadeiras para que o público externo possa consultar a documentação disponível; na primeira sala destinada ao projeto, temos 2 mesas em L, 1 mesa de escritório retangular, 4 cadeiras de escritório, dois computadores modelo desktop com monitor e 2 scanners de mesa HP, e uma impressora a jato de tinta; um armário pequeno e uma estante com porta de 6

⁷ Desta forma, a sala 17 na verdade é um pequeno prédio, localizado atrás do prédio H do Campus Rondon, composto de 4 salas. Como afirmado no corpo do texto, duas salas são ocupadas pelo projeto de extensão do curso, enquanto as outras duas estão destinadas a outros projetos do ICED.

prateleiras, onde ficam guardados os materiais de consumo das atividades de limpeza e organização. Na segunda sala, uma mesa de reunião de 8 lugares e 8 cadeiras de escritório compõem o aparato material para a realização das atividades.

4.6.5 Condições de acesso para pessoas com necessidades especiais

Segundo levantamento feito pela Diretoria de Registro Acadêmico da Ufopa, a instituição apresenta alunos com surdez, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual e outras necessidades não especificadas. Outro mapeamento, conta com as reservas de vagas para pessoas com necessidades educativas especiais disponibilizadas no processo seletivo regular a partir do ano de 2015. Assim, a universidade vem se estruturando e melhorando as condições de acessibilidade e inclusão de discentes com necessidades especiais.

Em 2013, preocupados em dar conta dessas demandas, a Ufopa instituiu o GT-Pró-acessibilidade por meio da portaria nº.1293. O grupo foi composto por treze membros, entre eles docentes e técnicos interessados em discutir e apoiar ações, projetos e formações continuadas sobre acessibilidade no ensino superior. O GT- Pró-acessibilidade foi o primeiro passo para a organização de um documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física na Ufopa.

Nesse caminho, para dar conta dos direcionamentos legais que regem a educação inclusiva no Brasil e atendendo as orientações do Programa Incluir – acessibilidade no ensino superior criado em 2005 –, a Ufopa instituiu em 18 de Junho de 2014 a portaria nº 1.376 que criou o núcleo de acessibilidade. Tal ação institucional também se fortaleceu com portaria nº 3.284/2003 que dispõe sobre a instrução de processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, determinando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Nota-se que a Ufopa surge no cenário de ensino superior com essas demandas a serem atendidas em caráter emergencial.

O núcleo de acessibilidade da Ufopa desenvolve projetos de pesquisa e ações de extensão que colaboram tanto na coleta de dados como na formação continuada da comunidade acadêmica e geral. Assim, destaca que a Ufopa tem se preocupado com as adequações necessárias, como a construção e instalação de banheiros e elevadores adaptados, o nivelamento de rampas e portas das salas e disposição de calçada tátil nas dependências da unidade Tapajós, assim como já construído na unidade Rondon. Evidencia-se que, em 2014, foram nomeados dois intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa os quais já atuam junto a

alunos surdos em sala de aula e em eventos da universidade, em concordância com as orientações políticas educacionais da educação bilíngue.

Ressalta-se ainda, em 2014, a criação de um programa de bolsa monitoria especial para acompanhamento de aluno com Deficiência Visual (DV), por meio do qual um monitor apoia os alunos de modo instrumental, viabilizando o acesso a recursos disponíveis pelo Grupo de Pesquisa e Estudo em Educação e Processos Inclusivos (GPEEPI) e pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Surdos (GPEPES), dando suporte para descrição audiovisual das aulas e eventos e auxiliando na mobilidade nas unidades da Ufopa não sinalizadas.

Essa medida, embora emergencial, mostrou efeitos positivos no desenvolvimento do estudante com Deficiência Visual e contabilizou para o aprendizado e posterior independência desse acadêmico no uso de recursos disponíveis, como *reglete*, *soroban*, *lupas*, teclado adaptado, *kit* desenho (para aulas de matemática), mouse, adquiridos por meio de projetos de pesquisa e extensão elaborados pelo GPEEPI e GPEPES e passam a ter uso compartilhado com o núcleo de acessibilidade.

A Ufopa preocupa-se ainda com os deficientes auditivos, promovendo a realização de eventos acadêmicos como a “I mostra de Cultura \surda da Ufopa: valorizando a Diferença Cultura Política e Linguística” e o “I Sarau de Natal em Libras” da Ufopa, além da formação de docentes por meio de participação de docentes em eventos nacionais que discutem a inclusão e acessibilidade na educação superior.

Financiados pelo programa INCLUIR, o Núcleo de Acessibilidade tem diversos equipamentos de *tecnologias assistivas* para disponibilizar aos alunos tais como: máquina de escrever em Braille, lupa eletrônica, andador de alumínio articulado, régua de leitura, Telefone Amplificado, Telefone de mesa com teclas Braille e números, Lupa eletrônica portátil, Teclado Braille USB, Calculadora falante, Bengala de alumínio, Almofada de gel antiescaras quadrada em gel, cadeiras de rodas, computadores, *notebooks* e *tablets*, tendo em vista as necessidades apresentadas.

Dessa forma, no que diz respeito à infraestrutura, a Ufopa tem se empenhado na inclusão e acessibilidade dos alunos portadores de necessidades especiais, apresentando metas de atividades e planejamento de ações a serem desenvolvidas, como a adaptação de estrutura física para acessibilidade aos diferentes locais das unidades Tapajós, Rondon e Amazônia (Banheiros, piso tátil, elevadores). O Núcleo de Acessibilidade, inaugurou a Sala/Espaço do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, localizado na Unidade Amazônia, térreo sala 101.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 235 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.

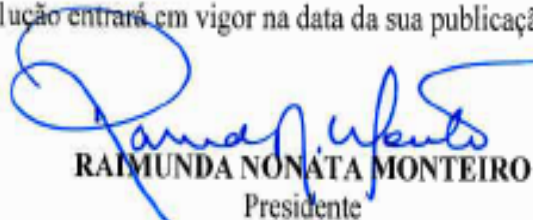
Aprova o PPC do Curso de Licenciatura em História ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo decreto Presidencial de 28 de março de 2014 publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2014, seção 2, pag. 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa e, em conformidade com os autos do Processo nº 23204.011320/2017-51, proveniente do Instituto de Ciências da Educação, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.



RAIMUNDA NONATA MONTEIRO
Presidente

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão